



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”:  
A MULTIPLICIDADE DOS RISCOS NA PROFISSÃO POLICIAL  
MILITAR**

**CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO**

Belém-PA

2015

CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO

**“MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”:  
A MULTIPLICIDADE DOS RISCOS NA PROFISSÃO POLICIAL  
MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientadora: Profa. Fernanda Valli Nummer, *Dra.*

Belém-PA

2015

**“MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”:  
A MULTIPLICIDADE DOS RISCOS NA PROFISSÃO POLICIAL  
MILITAR**

**CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará.

---

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.  
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública)

**Banca Examinadora:**

---

Profª. Dra. Fernanda Valli Nummer  
Universidade Federal do Pará  
Orientadora

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Externo

---

Prof. Dr. Wilson José Barp  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Interno

---

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Externo

---

Profª. M.Sc. Adrilayne dos Reis Araújo  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Interno

Muitas pessoas foram importantes no decorrer desta caminhada.

Foram tantas que evitarei nomina-las sob pena de esquecer alguém.

No entanto, algumas merecem um agradecimento especial por suas contribuições diretas e imprescindíveis.

Primeiro, à minha orientadora, Professora Dra. Fernanda Valli Nummer, que soube gerenciar, com excepcional habilidade, nossas diferenças de pontos de vista e aplicar a “pressão” na medida exata para que as tarefas fossem cumpridas nos prazos estipulados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, pela maneira entusiasta com que transmitiram seus conhecimentos e, sobretudo, por nos manter motivados, a despeito das nossas escalas de serviços.

Ao professor Doutor Jaime Luiz Cunha de Souza, que me “adotou” como orientando durante um breve período inicial.

Aos professores Carlos Alberto Batista Maciel, Flávio Leonel Abreu da Silveira, Ida Lenir Maria Pena Gonçalves, Wilson José Barp, Adrilayne dos Reis Araújo, Maria Cristina C. Castilhos França, Fábio Gomes França, por suas valiosas contribuições com ideias, sugestões e revisões.

Aos policiais militares da Polícia Militar do Pará, especialmente aos que participaram da pesquisa nos grupos focais e nas entrevistas e a minha equipe de trabalho da Casa Militar da Governadoria.

Finalmente, àqueles sem os quais seria impossível cumprir esta missão: minha família. Meu agradecimento eterno aos meus pais, irmãos, esposa e filha, pelos exemplos e pela compreensão (nem sempre voluntária) as minhas incontáveis ausências de casa e ao meu juramento de proteger a sociedade mesmo com o risco da minha própria vida.

As fontes de perigo já não estão na ignorância, e sim no saber.

Ulrich Beck

MELLO, Cesar M. A. **“Mesmo com o sacrifício da própria vida”**: A multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar. Belém, 2015. 75 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP, Universidade Federal do Pará, 2015.

## **RESUMO**

Esta pesquisa se propôs a investigar as percepções de riscos associadas à profissão pelos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém, estado do Pará, em função das inquirições acerca das relações entre as origens sociais, trajetórias dos sujeitos, projetos de vida e as percepções de riscos desses mesmos policiais militares. O método de História de Vida foi utilizado e foram entrevistados quatro policiais militares que foram expostos individualmente aos quatro tipos de riscos definidos à priori: riscos epidemiológicos, riscos jurídicos, riscos sociais e riscos “voluntários”. Os resultados indicam que há uma relação entre a percepção de risco e as origens sociais, as trajetórias dos sujeitos e os projetos de vida.

**Palavras-chave:** Riscos. Origens sociais. Projetos de vida. Trajetória. Policial Militar.

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate the risk perceptions associated with the occupation by military police officers working in the metropolitan area of the city of Belem, state of Para, through inquiries about the relationship between their social origins, trajectories and life projects and perceptions of risk of those military police officers. The Life History method was used and there were four police officer respondents who were exposed individually to the four types of risks defined: epidemiological risks, legal risks, social risks and risks "volunteers." The results indicate that there is a relationship between risk perception and social origins, trajectories and life projects of the subjects.

**Keywords:** Risk. Social origins. Life projects. Trajectory. Military police.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>1 CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>	10
1.1 A DEFINIÇÃO DO RISCO	12
1.2 HISTORICIDADE DOS RISCOS	16
1.3 POLISSEMIA DO CONCEITO DE RISCO	18
1.4 O RISCO NA CULTURA POLICIAL	22
1.5 METODOLOGIA	24
<b>2 ARTIGOS</b>	
2.1 “O risco como fato social total: uma análise bibliográfica a partir da profissão policial militar”	28
2.3 “Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência”	42
<b>3 CONCLUSÃO</b>	69
<b>4 REFERÊNCIAS</b>	70
Apêndices	
Apêndice “A” – Roteiro da Entrevista	74
Apêndice “B” – Termo de Livre Consentimento Esclarecido	75

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs a explorar as percepções de riscos associados à profissão pelos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém, estado do Pará. Partiu-se da hipótese que as origens sociais, as trajetórias e os projetos de vida influenciam e alteram a maneira pela qual os riscos associados à profissão são percebidos e vivenciados pelos policiais.

Em sua primeira parte, apresenta-se uma revisão de literatura sobre o risco onde se delineiam seus inúmeros conceitos, entendimentos e significados de acordo como ele (o risco) é percebido pelos diversos atores, bem como discute-se os problemas que envolvem sua definição. Também é apresentada a metodologia que nos permitiu chegar ao final desta trajetória acadêmica.

Na sequência, apresenta-se o primeiro artigo denominado **“O risco como fato social total: uma análise bibliográfica a partir da profissão policial militar”**, que será encaminhado para publicação na revista Civitas Revista de Ciências Sociais, onde se procura demonstrar a complexidade do fenômeno “risco” e porque ele pode ser considerado o que Marcel Mauss chamou de “fato social total”.

Dando continuidade, o segundo artigo denominado **“Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência”**, será enviado para publicação na Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), trata da comprovação das hipóteses desta pesquisa de que as origens sociais, as trajetórias e os projetos de vida influenciam e alteram a maneira pela qual os riscos associados à profissão são percebidos e vivenciados pelos policiais.

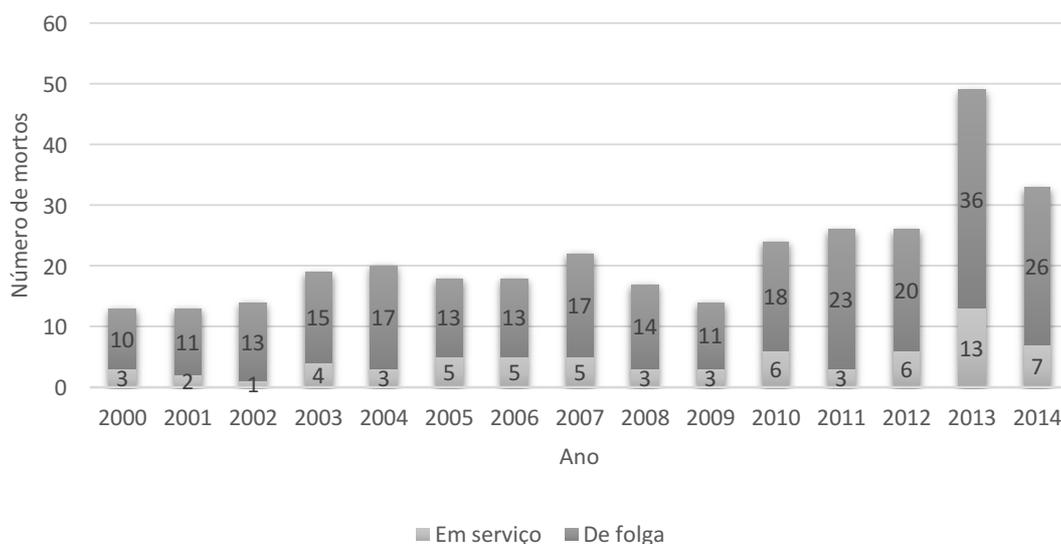
Finalmente, são oferecidas na conclusão as impressões derradeiras sobre o tema assinalando os aspectos mais importantes da pesquisa e indicando a necessidade da continuidade da pesquisa em face de sua importância no contexto da atividade policial e a imperiosa necessidade de se reformular os currículos de formação, especialização e treinamento dos policiais militares.

Esta dissertação segue as normas da Resolução nº 004/2014- PPGSP, de 22 de Abril de 2014 (ANEXO A), que regula as normas e o modelo da dissertação para ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

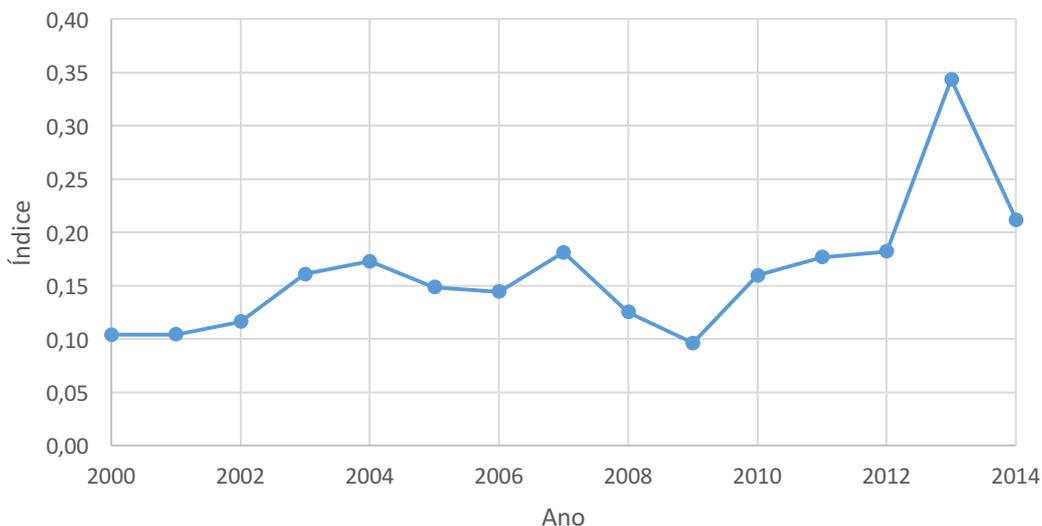
## 1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Todos os anos, centenas de policiais são feridos ou morrem em todo o mundo. Alguns superestimam suas habilidades como motoristas e se envolvem em perseguições em alta velocidade ocasionando acidentes. Outros, seja por inabilidade, por negligência, por excesso de autoconfiança ou em função dos confrontos armados, se ferem ou morrem vítimas de armas de fogo. Existem ainda os que, pela incorreta “leitura” e avaliação de um cenário específico, tomam decisões equivocadas que irão repercutir para o resto de suas vidas. Há aqueles que, estando de folga e em trajas civis, são reconhecidos por bandidos. Finalmente, temos aqueles policiais que se arriscam mais do que a prudência e as técnicas policiais recomendam. Em comum, todos eles têm a imperativa necessidade de avaliar corretamente os riscos a que estão expostos. Desta forma, a correta percepção do risco é, para a atividade policial, o “ponto crucial” que muitas vezes separa o sucesso do fracasso, a vida da morte.

Das leituras realizadas no decorrer deste trabalho, percebe-se uma clara tendência dos autores (e das próprias instituições) em privilegiar o que convencionase chamar nesta pesquisa de “risco epidemiológico”, isto é, aquele que pode resultar em lesões, mortes, traumas físicos ou psicológicos. Uma das explicações possíveis seria a importância dispensada pela mídia às mortes e ferimentos de policiais em detrimento, por exemplo, às punições administrativas decorrentes de uma decisão equivocada em uma ocorrência. Para exemplificar, apresenta-se a seguir uma série histórica de policiais militares mortos da Polícia Militar do Pará (PMPA) e os índices de mortos nesses mesmos anos em relação ao efetivo total da PMPA que serviram como uma das justificativas para este trabalho.

**GRÁFICO 01:** Policiais Militares da PMPA mortos em serviço ou de folga no período de 2000 a 2014

**Fonte:** Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria, out/2015.

**GRÁFICO 02:** Índice de Policiais Militares da PMPA mortos em serviço ou de folga no período de 2000 a 2014 em relação ao efetivo total de policiais militares.

**Fonte:** Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria, out/2015.

Ao analisar os gráficos 01 e 02, percebe-se que há um ligeiro crescimento no número de mortes de policiais militares da PMPA nos últimos cinco anos, com um número de mortes bastante expressivo no ano de 2013. Outro detalhe que nos chama atenção é o fato de que, comprovadamente, morrem mais policiais de folga do que em serviço. Uma possível explicação para este fenômeno (que requer um estudo

aprofundado), seria o fato de que, na folga, geralmente o policial militar está sozinho (sem a companhia de outro policial) e a maioria das técnicas, procedimentos e comportamentos aprendidos nos cursos de formação e especialização não se aplicam a esta situação. Em outras palavras, todo treinamento aprendido tem pouca aplicabilidade no cenário onde ele será morto ou ferido.

### **1.1. A DEFINIÇÃO DO RISCO**

O risco é uma palavra polissêmica e vários foram os autores que tentaram defini-lo, alguns enquanto palavra, outros enquanto significado.

Granjo (2006) se propõe a conceituá-lo, inicialmente fazendo a distinção entre os termos “risco”, “perigo” e “ameaça”. Ele utiliza o termo “ameaça” ao se referir a qualquer fator possível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que sua existência seja percebível, ainda que de forma vaga. Por sua vez, define o “perigo” como uma ameaça totalmente imprevisível, incerta, arbitrária e permanente, isto é, como um elemento de caos e indeterminação, uma possibilidade extrema de conceber essa ameaça. Finalmente, o autor admite que o conceito de “risco” está situado numa zona onde a ameaça aleatória pode ser “domesticada”. Em outras palavras, para ele, o “risco” seria uma tentativa de atribuir uma ordem compreensível ao aleatório e a controlá-lo por meio da ação humana. Com esse sentido dado por este autor, o “risco”, ao tentar domesticar a ameaça, assume três vertentes complementares. Primeira, uma manipulação quantitativa que pretende torná-la conhecida. Segunda, uma tentativa da sua previsão probabilística e por fim, uma presunção de controle sobre o aleatório. O autor alerta que tal conceito não exclui que se possa pensar e agir de acordo com este princípio probabilístico sem nunca chegar a calcular a probabilidade de um acontecimento, ou sequer aprender a fazê-lo.

Adams (2009, p. 26) também diferencia as palavras “ameaça” e “risco”. Segundo o autor, “a ameaça é definida como algo que poderia causar dano, e o risco é o resultado da multiplicação da probabilidade pela ameaça”.

Luhmann (1993) propõe uma distinção entre “risco” e “perigo”. Os riscos são aqueles cujos possíveis danos são consequências da própria decisão, isto é, são danos hipotéticos em consequência da própria ação. Os perigos relacionam-se aos danos ou perdas com causas fora do controle, ou seja, são danos hipotéticos causados pela ação

dos outros, da natureza ou de outras causas fora do próprio controle. Assim, a mesma ação é um *risco* para um e *perigo* para o outro.

Bruseke (2007) se apropria da diferenciação feita por Luhmann (1993) e sistematiza as duas concepções de risco apontadas pela literatura. O conceito de “restrito de risco”, segue a definição de Luhmann (1993), isto é, quando um ator sabe das consequências do seu agir e procede na consciência tanto do possível sucesso de sua ação quanto de possíveis danos. Já no conceito “amplo de risco”, temos o que Luhmann (1993) denomina perigo. Como exemplo, diz-se que há uma “zona de risco” quando se trata de um risco de uma guerra nuclear, o risco de uma epidemia, o risco de desertificação em regiões com um uso excessivo do solo.

Beck (2011) e Giddens (1991) são autores que destacam a industrialização e os avanços tecnológicos contemporâneos como fatores que alteraram a natureza dos riscos e o contexto em que estes aparecem, prejudicando a compreensão e a capacidade gerencial da sociedade. Segundo estes autores, a falência do Estado em proporcionar a certeza frente a um futuro desconhecido, fez com que a sociedade em que os riscos eram certezas desse lugar a uma sociedade de risco, onde esses novos riscos surgem em formas estranhas, de locais inopinados, com uma complexidade nunca antes vista e cujo controle é extremamente difícil, refletindo frequentemente, problemas de desconhecimento de processos e de ausência de confiança dos indivíduos nas instituições.

Bauman (2008) segue na mesma direção ao afirmar que se vive hoje em uma “modernidade líquida”, termo que pode ser definido como um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação acentuada, onde a sociedade perde a crença no progresso, na expectativa de segurança e na possibilidade de confiança no outro, tornando o viver uma experiência de risco. Neste cenário, a segurança acaba sendo enfraquecida com a fragilização dos mecanismos institucionais apoiados e garantidos pelo Estado, com a falência das políticas que compuseram o Estado de Bem-Estar Social. Cada indivíduo procura, de modo inadequado e ineficaz, por soluções individuais para problemas socialmente produzidos. O autor esclarece que isso gera uma contradição: hoje, apesar das pessoas sentirem-se ameaçadas, inseguras e amedrontadas, inclinadas ao pânico e apaixonadas por tudo que se refira a novos meios de segurança e proteção, as sociedades vivenciam graus de segurança jamais conhecidos na história da humanidade. Douglas e Wildavsky (2012, p. 9-10) corroboram com este

pensamento de insegurança generalizado ao indagar “do que os americanos têm medo?”, eles mesmos respondem: “Nada importante, na verdade, além do alimento que comem, da água que bebem, do ar que respiram, da terra em que vivem, da energia que usam”.

Adams (2009), Aersosa (2009), Douglas e Wildavsky (1982) afirmam que o conceito de risco varia de acordo com os valores sociais e em função do que cada sociedade acha perigoso. Para estes autores o risco é culturalmente construído pois “nas ocasiões em que o fato científico fica aquém da certeza, somos orientados pela suposição, pela inferência e pela crença” (ADAMS, 2009, p.30).

Paixão *et al.* (2011) ponderam sobre o comportamento voluntário de exposição aos riscos nos esportes chamados de aventura. Segundo os autores, tais atividades esportivas reúnem um grande conjunto de elementos que potencializam emoções, na medida em que os “aventureiros” são confrontados com a necessidade de prontidão para situações incertas, inusitadas, súbitas, imprevistas e surpreendentes que se diferem da previsibilidade e monotonia do dia-a-dia das cidades. Dito de outra forma é a tentativa voluntária de romper com a redoma sensorial ordinária na qual se encontrava envolto.

Na mesma direção caminha Lyng (2005) ao apresentar a noção de “Edgework<sup>1</sup>” que tenta compreender (e justificar) o comportamento daqueles que se arriscam voluntariamente no trabalho ou nos momentos de lazer.

Paixão *et al.* (2011) apresenta um texto a partir dos discursos sobre o risco de Spink (2000) e de Spink e Menegon (2004) que destacam três tradições discursivas que buscam explicar o risco de formas específicas. Na primeira tradição, o risco na fala do senso comum refere-se às experiências de infortúnios e imprevisibilidades que na maioria das vezes fogem das possibilidades de cálculo. É uma tradição raramente considerada nas análises de risco, mas que certamente se faz presente nas análises discursivas dos modos de falar sobre risco no cotidiano. Na segunda, sob o ponto de vista do controle e disciplina nos remete à perspectiva histórica dos discursos sobre risco relacionado à crescente necessidade de governar populações, a partir da modernidade clássica. Foucault (2007) denomina essas ações por “governamentalidade”. Finalmente, na terceira tradição, a perspectiva da aventura balizada pelos campos do esporte e da economia veicula a mensagem de que correr

---

<sup>1</sup> Trabalho no limite, em tradução livre.

riscos é uma prática necessária para que o indivíduo alcance determinados ganhos na sociedade. O risco, nesta perspectiva, configura-se como algo desejado pelos indivíduos (SPINK, 2000; SPINK; MENEGON, 2004).

Mello e Nummer (2014) identificaram que os policiais militares pertencentes a Polícia Militar do Pará tem uma perspectiva de risco diferenciada, associada, especialmente, ao reconhecimento da pessoa por sua profissão as redes de sociabilidade acionadas nos cenários de vida no interior do Estado (cidades menores, com poucos habitantes) e na capital do Estado.

Partindo das diversas conceituações teóricas de risco somadas à experiência profissional do autor na atividade policial militar, adotou-se como definição nesta pesquisa o **risco como a condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito.**

No entanto, a discrepância entre a importância do tema escolhido e a atenção dada a este pelo meio acadêmico e também pelos administradores do Sistema de Administração de Justiça é tão impressionante que exige alguma tentativa de explicação. Baseados na experiência profissional do autor e vivência acadêmica, apresentam-se a seguir cinco possíveis causas desta lacuna. Em primeiro lugar, do ponto de vista dos administradores da polícia, parece não haver importância significativa em entender o "risco" enquanto categorias. Dentro de uma visão simplista e reducionista, o risco assume a forma única de perigo físico (ou ameaça) e, como resultado, são apenas desenvolvidas técnicas operacionais de abordagens, de imobilizações, de uso da força e de condutas operacionais de segurança. Segundo, o meio acadêmico brasileiro somente começou "estudar" a polícia muito recentemente e, mesmo assim, ainda hoje enfrenta grandes dificuldades no acesso às informações e na observação do que acontece no universo policial, seja por falta de cooperação das polícias com origens nos resquícios do período ditatorial que colocou policiais e acadêmicos em lados opostos, seja pela visão estereotipada de ambos os lados. Terceiro, as investigações conduzidas pelos acadêmicos normalmente dizem respeito às questões percebidas de "fora" para "dentro". Tal prática acaba multiplicando os trabalhos acadêmicos que criticam a polícia, aumentando o receio dos policiais em colaborar com as pesquisas. Quarto, os poucos policiais que se "aventuram" no meio acadêmico enfrentam dificuldades em apresentar o ponto de vista institucional, seja por pressões (veladas ou não) de professores seja pela insipiente bibliografia nacional. Finalmente, uma quinta possibilidade é falta de

“imparcialidade” dos pesquisadores policiais ao descrever ou investigar os fenômenos nas corporações policiais, isto é, sua dificuldade em construir um olhar “de fora”. Desta forma, mesmo com uma recente e progressiva mudança neste cenário, ainda sofre-se com a escassez de pesquisas sob o enfoque do policial.

Uma vez que o risco se configura como um elemento inerente e propulsor da atividade policial militar, o tema escolhido se revestiu de suma importância na medida em que um correto e adequado entendimento de como o risco é percebido pelo policial é fundamental para a formulação de treinamentos que possibilitem tomadas de decisão de melhor qualidade em situações críticas, que terão como resultado, uma melhor qualidade dos serviços prestados a sociedade, uma maior garantia na preservação dos Direitos Humanos e maiores chances de sobrevivência do policial nos confrontos armados.

Partindo então de um discurso do risco reproduzido na corporação em que o indivíduo deve internalizar uma série de cuidados de si e avaliar e controlar os riscos associados à profissão, fez-se uma análise de como eles foram vivenciados por sujeitos que sofreram algum dano físico ou psíquico associado à profissão policial militar. O discurso institucional concebe o risco como responsabilidade do indivíduo, da sua liberdade de escolha e de uma escolha racional nas tomadas de decisão.

O diferencial desta pesquisa foi, portanto, tentar entender a multiplicidade dos riscos e como ela é vivenciada na prática pelos policiais militares.

## **1.2 HISTORICIDADE DOS RISCOS**

Há algumas décadas que o estudo do risco tem sido objeto de acaloradas discussões em vários campos do conhecimento. Dada a multiplicidades de conceitos, interpretações e sentidos que a palavra risco assume, qualquer tentativa de um estudo acadêmico sobre o fenômeno deve, inicialmente, discutir a historicidade do fenômeno ao longo dos anos a fim de entender a alteridade de seus significados. O passo seguinte é construir um conceito que represente a maneira pela qual os policiais militares percebem, vivenciam e enfrentam este risco. Finalmente, apresenta-se argumentos que asseguram que as origens sociais, as trajetórias e os projetos de vida influenciam e alteram as maneiras pelas quais os riscos associados à profissão são percebidos e vivenciados pelos policiais.

Ao revisitar a história do risco pode-se perceber que o seu sentido foi alterado ao longo dos anos e vários autores buscaram compreender esta dinâmica.

]Muchembled (2012) ao analisar a história da violência num contexto social europeu do final da Idade Média, lista um grande número de ameaças e perigos que espreitavam o indivíduo àquela época, muito dos quais não eram totalmente compreendidos ou explicados pelo conhecimento disponível e, dessa forma, eram associados ao sobrenatural. Como consequência, os povos criavam as superstições na tentativa de lidar com o desconhecido. Dentro deste panorama, os termos *perigo*, *risco*, *incerteza* e *ameaça* eram sinônimos relacionados a possibilidades, isto é, ao que poderia acontecer.

Giddens (1991), Bittencourt e Almeida (2014) e Mendes (2002), dentre outros, concordam que o termo *risco* surgiu no continente europeu à época dos grandes empreendimentos marítimos em busca de novas terras. Segundo estes autores, a palavra “risk” parece ter “encontrado seu caminho para o inglês no século XVII e vem provavelmente de um termo espanhol que significa correr para o perigo ou ir contra uma rocha” (GIDDENS, 1991, p. 33) ou “através do espanhol ou do português, línguas em que eram utilizada para caracterizar a navegação em mares desconhecidos, ainda não descritos em cartas de navegação” (MENDES, 2002, p. 54).

Na mesma linha de raciocínio, Bernstein (1997) assegura que a etimologia da própria palavra “risco” deriva do vocábulo italiano antigo “*risicare*” e tem ideia associada a “ousar”, opinião que é aceita por Lupton (2013) que afirma o termo risco, em sociedades ocidentais contemporâneas, deriva do adjetivo arriscado.

Concorda com isso Ulrich Beck (2011) quando afirma que os riscos não são uma invenção moderna e que antigamente esses riscos eram pessoais, percebidos por meio dos sentidos e com alcance limitado. Os marinheiros que velejavam em busca de novos continentes não tinham garantias de chegar ao seu destino, nem tampouco de retornar. Os mares eram desconhecidos e os perigos abundantes. O autor continua, e argumenta que os riscos atuais são diferentes dos riscos do passado sobretudo, por conta da globalidade de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas.

Lupton (2013, p.4) contribui para a discussão acrescentando que o advento da Matemática e da Estatística deram um novo significado ao risco na medida em que

“assume-se que os mundos sociais e naturais podem ser medidos, calculados e, por conseguinte, previstos”. Concordam com essa ideia Bittencourt e Almeida (2014, p. 97) ao afirmar:

O que outrora pertencia às intempéries da natureza e às causas divinas, baseadas apenas em possibilidades, agora, com a introdução da matemática e da estatística, passa a pertencer à responsabilidade do ser humano, podendo ser calculado como probabilidade. (BITTENCOURT; ALMEIDA, 2014, p. 97).

Ainda dentro do entendimento matemático e probabilístico da palavra risco, Gardner (2009), intui que o risco pode ser medido, quantificado e exemplifica que o risco anual de uma pessoa morrer em um acidente automobilístico nos Estados Unidos é de uma em seis mil. No entanto, a representação numérica de um determinado risco acarreta em muitas críticas que, de uma maneira geral, se resumem na suposição (equivocada para os críticos) que o mundo se comportará de determinada maneira, baseado em experiências passadas. Adams (2009, p. 26) é um deles, e explica que o risco “é uma palavra que se refere ao futuro, ou seja, não há existência objetiva para ele. O futuro existe apenas na imaginação (...) e nas previsões que tomam por base suposições: de que o amanhã será como ontem e de que o próximo ano será como o passado”.

### **1.3 POLISSEMIA DO CONCEITO DE RISCO**

Visto que a palavra risco sofreu inúmeras alterações, trata-se agora de apresentar as várias definições – de sentido e de significado, para, ao final, defini-lo dentro do contexto do nosso estudo, isto é, buscar uma definição conceitual da palavra que se adeque ao sentido do risco tal qual ele é percebido pelos policiais militares. Logo de início, Douglas e Wildavsky (2012), sustentam a impossibilidade de um conceito único de risco que seja aceito por todos mas, continuam, asseguram que o risco é uma maneira moderna de avaliar o perigo em termos de probabilidade, num contexto de incerteza. Os autores acrescentam que no século XX o *risco* passou a ter relação apenas com eventos ruins, mesmo que ainda pudesse ser obtido mediante fórmulas matemáticas e estatísticas.

Quanto a falta de concordância conceitual, Hayes (1992) também concorda que o conceito de risco é um campo acadêmico que não tem fronteiras definidas, frequentemente apresentando lacunas de coerência conceitual. Um exemplo é a

definição de risco como "qualquer coisa de potencial, ou seja, que ainda não aconteceu, mas que é pressentida como algo que se transformará num evento prejudicial para os indivíduos ou coletividade de um dado espaço" (NOVEMBER, 2002, p. 19).

Adams (2009) classifica os riscos em três tipos: a) os riscos percebidos pela ciência, que contém a maioria da literatura sobre o risco publicada, engloba teorias dos biólogos, engenheiros de tráfego, projetistas de veículos, etc. b) Os riscos percebidos diretamente os estão os riscos que gerenciamos todos os dias como atravessar uma rua, andar de bicicleta, subir numa árvore, etc. c) os riscos virtuais onde, normalmente os cientistas não sabem ou não conseguem entrar num acordo, que engloba tema como o aquecimento global, a radiação em níveis baixos, os resíduos de pesticidas, a bolsas de valores, entre outros. O autor ainda faz uma distinção entre as palavras risco e ameaça, sendo esta última, a ameaça, definida como algo que poderia causar dano, e o risco é o resultado da multiplicação da probabilidade pela ameaça.

Beck (1992) e Giddens (2002) adotam o termo "sociedade de risco" para falar do momento presente em que cada vez mais a aculturação da natureza criou artefatos tecnológicos. Beck (1992) fala sobre os riscos que contribuem decisivamente para criar e gerar consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas no longo prazo que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis, afirmando que os riscos são formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização. Giddens (2002) pondera, entretanto, que não é verdade que vivemos mais perigosamente agora do que há 100 ou 200 anos.

Ashcroft (2001) afirma que com a evolução da ciência e os avanços tecnológicos já no final do século XIX e início do XX, o homem se coloca diante de novos riscos. Na maioria das vezes, esses novos riscos são vivenciados em práticas físicas na natureza e, em alguns casos, dependendo do tipo de ocupação profissional, constituem parte inevitável do trabalho. Percebe-se a existência de uma velha conexão entre risco e aventura, valorizada pela ousadia, que pode levar o indivíduo a inúmeras descobertas.

Uma discussão bastante interessante é sobre a possível existência de um risco objetivo (ou real) e de um risco percebido. Adams (2009) ao analisar relatórios da Royal Society Britânica, uma das mais prestigiadas instituições científicas da Inglaterra, apresenta tal diferenciação. Segundo esses textos, o risco real é aquele risco mensurável,

factual e objetivo que obedece às leis formais da teoria estatística. Em oposição, tem-se o risco percebido de forma imprecisa e subjetiva por leigos (não especialistas).

Outra ideia que ainda não apresenta consenso é a de que o risco é culturalmente construído. Para os cientistas físicos, cujos os números oferecem a única medida confiável, é considerada “irritante ou frustrante” a afirmação de que o risco possa ser culturalmente construído. Dentre os autores que concordam que a percepção de risco varia entre culturas diferentes, temos Douglas e Wildavsky (2012) e Adams (2009). Este último apresenta o seguinte exemplo:

Escorregar e cair no gelo, por exemplo, é uma brincadeira para crianças pequenas, mas um acidente potencialmente fatal para um idoso. E a probabilidade desse tipo de evento é influenciada tanto pela percepção que a pessoa tem da probabilidade quanto pela visão que ela tem do evento, como divertido ou perigos. (...) Pessoas jovens, que deslizam e escorregam pelo gelo, e pessoas que se esforçam para evitar fazer o mesmo pertencem a duas diferentes culturas, ou seja, elas constroem a realidade a partir da experiência que tem dela. Elas veem o mundo de formas diferentes e se comportam de maneira distinta: tendem a se associar com espíritos semelhantes, que reforçam suas perspectivas particulares sobre a realidade em geral e sobre o risco em particular (ADAMS, 2009, p. 42).

Zanirato *et al.* (2008) definem o risco como um produto social, que é percebido subjetiva e tecnicamente pelo indivíduo. Concluem os autores que o aspecto subjetivo do risco está na sua construção, definida pelo grupo social. Por isso, o risco se modifica ao longo da história juntamente com as mudanças experimentadas pela sociedade.

Veyret (2007, p. 30) afirma que o risco “(...) é uma construção social. A percepção que os atores têm de algo que represente perigo para eles próprios, para os outros atores e seus bens contribui para construir o risco que não depende unicamente de fatos ou processos objetivos”. A mesma autora assevera que o risco é a maneira pela qual um indivíduo ou grupo social percebe o perigo, já que um único indivíduo, ou um grupo (profissional ou social), ou uma comunidade ou uma sociedade inteira percebe o risco por meio de representações mentais e, através de práticas específicas, coexiste com ele. Portanto, conclui a autora, a percepção do perigo é historicamente determinada.

Douglas (1992) também concorda que o risco não pode ser interpretado como um conceito objetivo e mensurável, mas como algo que é construído social, cultural e politicamente.

Na mesma linha de raciocínio, Renn (1992, p.67) discute a importância da análise cultural na percepção dos riscos e assevera que “os seres humanos não percebem o mundo com olhos primitivos, mas por lentes filtradas por sentidos sociais e culturais transmitidos por meio de processos de socialização incluindo a família, amigos, chefias e colegas de trabalho”.

A palavra risco também é bastante utilizada dentro de um entendimento de senso comum no sentido de se expor ao perigo ou a uma situação indesejada, como, por exemplo, correr o risco ao atravessar uma rua. Nesse caminho

O termo risco passou a fazer parte do linguajar cotidiano dos agentes sociais (...) o termo tende a ser tratado/interpretado com incerteza, pendendo mais para uma noção, o que não é nada certo, seria apenas relacionada a interpretações subjetivas (BITTENCOURT; ALMEIDA, 2014, p. 97).

Porto (2000) entra na discussão afirmando que a noção de risco está ligada a aspectos negativos, isto é, tem a ver com a possibilidade de perda dano, ou como sinônimo de perigo, sendo um tema caro à saúde dos trabalhadores já que, em última análise, significa toda e qualquer possibilidade de que algum elemento ou circunstância existente num dado processo e ambiente de trabalho possa causar dano à saúde, seja através de acidentes, doenças ou do sofrimento dos trabalhadores. O mesmo autor apresenta um quadro com os vários significados que a palavra assume nos diversos campos do conhecimento como a matemática, a engenharia, as ciências sociais, a saúde pública, etc.

#### **Quadro 01:** Uso do termo risco, seus significados, vantagens e limites

<b>TIPO DE RISCO</b>	<b>QUEM COSTUMA ADOTAR E COM QUE SIGNIFICADO</b>	<b>VANTAGENS E LIMITES</b>
<b>RISCO OCUPACIONAL</b>	Profissionais de higiene e segurança do trabalho para se referir aos riscos para a saúde ou a vida dos trabalhadores decorrentes de suas atividades.	O conceito é válido para definir os principais riscos que determinados trabalhadores estão expostos.
<b>AGENTE DE RISCO</b>	Profissionais higiene industrial e da engenharia de segurança. Refere-se, principalmente, aos agentes físicos, mecânicos, químicos e biológicos presentes nos ambientes de trabalho, embora alguns autores mencionem agentes ergonômicos e os psicossociais.	É de fácil classificação, porém tende a menosprezar os riscos relacionados à organização do trabalho e outros aspectos qualitativos para a contextualização dos riscos. A maioria das normas técnicas relativas à avaliação ambiental e medidas de proteção refere-se aos agentes clássicos.
<b>FATOR DE RISCO</b>	Adotado por profissionais de saúde pública, mais especificamente da epidemiologia. Embora similar ao conceito de agente, também pode incluir outras características ambientais e pessoais (como o sexo e ser fumante) para classificar grupos populacionais propensos ao desenvolvimento de problemas de saúde.	É um conceito utilizado nos estudos epidemiológicos que buscam relacionar a exposição de certos grupos de trabalhadores a determinados fatores de risco, e o acometimento de problemas específicos de saúde. Este conceito vê o risco de forma estática enquanto característica de um grupo populacional, e não como inserido em processos de trabalho e contextos específicos.

<b>RISCO COMO PROBABILIDADE</b>	Usado na análise de riscos como forma de quantificar o risco existente num projeto, tecnologia ou situação de trabalho. Em inglês, a palavra <i>risk</i> é adotada para expressar a probabilidade de ocorrência vezes a magnitude do dano provocado.	Embora serva como parâmetro para avaliar se um risco é aceitável ou comparar os riscos envolvidos em diferentes tecnologias, estes números são complicados, de difícil compreensão e nem sempre confiáveis.
<b>RISCO COMO PERIGO</b>	Em inglês é usada a palavra <i>Hazard</i> , traduzida como risco ou perigo, significando uma característica potencialmente danosa à saúde de um agente, substância, máquina, processo ou ambiente.	É semelhante ao conceito de agente de risco, mas é utilizada, em sua concepção de perigo, para destacar um risco importante ou uma situação de risco grave e que esteja mais fora de controle. O problema aqui é a possibilidade de se menosprezarem situações de risco consideradas sob controle e não a considerarem como um perigo, quando em verdade podem gerar acidentes ou doenças sérias. Em outras palavras, um risco pode indevidamente não ser considerado como perigo, e por isso ser avaliado como irrelevante.
<b>SITUAÇÃO E EVENTO DE RISCO</b>	Utilizado por profissionais que trabalham com análise e gerenciamento de riscos de acidentes	Estes conceitos são importantes na análise de acidentes por separar o risco em duas fases no processo de trabalho: o momento latente ou potencial (situação de risco), e o momento da geração do dano (evento de risco ou o acidente quando de sua ocorrência).
<b>GRAU DE RISCO</b>	Classificação adotada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência e Assistência Social, que fixa uma escala crescente para os riscos presentes nos diferentes ramos de atividade econômica.	Esta tipologia é adotada para classificar as atividades econômicas em termos de percentuais que as empresas devem pagar para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT). Além de eventuais críticas a esta classificação, o principal problema é que diferentes empresas de um mesmo setor pagam o mesmo valor, independente se geram muitos acidentes com mortes ou se investem em prevenção.

Fonte: Adaptação de Porto (2000, p. 09-10)

#### 1.4 O RISCO NA CULTURA POLICIAL

A cultura num enfoque organizacional pode ser traduzida como os valores, as crenças e pressupostos básicos compartilhados pelos membros de uma instituição e que de forma consciente ou inconsciente formam e influenciam as impressões sobre seu próprio ambiente e o ambiente externo (SCHEIN, 1992).

Nas instituições ou forças policiais, pode ser interpretada “como o exercício e o compartilhamento, na prática, de um código consensual não escrito no qual estão cruzadas as práticas cotidianas de policiamento, a legalidade e os regulamentos, bem como os supostos projetos e objetivos do Estado, além das pressões vindas da sociedade” (LIMA, 2008, p. 4).

Skolnick (1966) apud Lima (2008) argumenta que esta existência de uma cultura específica das forças policiais ocorria em função dos elementos permanentes e constitutivos de sua atividade diária como a presença do perigo, o exercício da autoridade e a eficiência.

Acontece, porém, que cada policial militar adere a esta “cultura institucional” de forma diferente, mesmo que em seu cotidiano ele a reproduza tal qual o discurso oficial. A instituição Polícia Militar possui estabelecido um conceito de risco dentro de uma perspectiva técnico-científica (LUPTON, 2013), onde esse risco pode ser calculado, através de fórmulas matemáticas e estatísticas, e o resultado deste processo é inculcado no sujeito tanto nos curso de formação, de especialização e aperfeiçoamento, quanto no dia-a-dia do serviço operacional. Tal concepção racional e calculada de risco acaba por construir no sujeito um “*cuidado de si*” que ele vai reproduzir num discurso oficial.

O cuidado de si em Foucault envolve a percepção da unidade corpo-alma. Para ele, o sujeito é agente de si mesmo, adota práticas de cuidado de si voltadas para o controle de tudo que se passa com seu ser e a sua volta (FOUCAULT, 1985). Na modernidade o corpo passa a ser o objeto de técnicas de poder que visam o controle do sujeito constituindo assim modos de sujeição característicos dos discursos de diferentes instituições sociais. Assim, controles externos tomam a forma de autocontroles (FOUCAULT, 2010). Na polícia militar, o processo de incorporação de valores morais próprios da instituição é ensinado nos cursos de formação e reforçado nos ritos organizacionais (NUMMER, 2005).

No mundo policial a correta percepção e a compreensão dos conceitos de risco e segurança adquirem uma importância vital. Minayo, Souza e Constantino (2008) comentam que nesse meio profissional a palavra risco encontra seu antônimo na noção de segurança. Estando risco e segurança em lados opostos, a correta interpretação dos fatos dentro de um cenário específico pode interferir positiva ou negativamente na vida do policial, visto que, mesmo que muitas vezes essa falta de segurança não se caracterize como verdade, o “sentimento de insegurança” muitas vezes vivenciado por policiais os fazem agir (e reagir) de forma inadequada, numa escala de pode variar do excesso no uso da força (violência) até a paralisia causada pelo medo excessivo descontrolado (pânico) e ambos os extremos levam a resultados desastrosos.

Skolnick (1966) apud Lima (2008) afirma que a presença do perigo, ou ainda, o risco, está na imprevisibilidade do trabalho policial, na medida em que a cada esquina há potencialidade de haver um confronto. Ainda mais, o policial que está fardado, e que age de forma ostensiva, não tem como reconhecer o criminoso. Segundo Reiner (2004, p. 136)

O policial enfrenta ameaças de ataque súbito por outras pessoas, e não os riscos mais calculáveis do acaso, físicos ou ambientais. É claro que a extensão da seriedade é variável. Mas ao dobrar cada esquina, a cada campanha que toca, o policial enfrenta perigos, que, se não são armas de fogo podem ser, no mínimo, punhos.

Considerando a experiência profissional do autor, a revisão bibliográfica e os resultados dos grupos focais realizados por Mello e Nummer (2014), partiu-se da hipótese que a adesão do policial à cultura organizacional institucional e consequentemente suas formas de perceber os riscos, se dá de forma diferenciada e leva em consideração a origem social, o projeto de vida, a trajetória do sujeito e os capitais sociais.

Origens sociais, trajetórias e projetos de vida são conceitos caros e complexos dentro das ciências sociais que, trazidos à prática cotidiana dos policiais militares, foram operacionalizados na compreensão das diferentes formas de perceber e vivenciar os riscos associados à profissão.

## **1.5 METODOLOGIA**

A maioria das pesquisas sobre os riscos que envolvem as atividades policiais se baseiam no que Lupton (2013) chama de “perspectiva técnico-científica do risco”, onde instrumentos científicos são usados para monitorar, medir e calcular os riscos, o que, dito de outra forma, traz a noção de risco como cálculo de probabilidades. Esta é a maneira como grande parte dos Sistemas de Segurança Pública e, particularmente a Polícia Militar do Pará, trata os riscos aos quais se expõem, tanto seus integrantes como a população de um modo geral, deixando de observar os aspectos sociais e culturais que interferem na compreensão desses riscos.

Contrariando esta cultura institucional existente, esta pesquisa investigou a percepção do risco pelos policiais militares, estando ou não de serviço, levando em consideração os aspectos culturais e sociais que os cercam e que tem influência direta na sua maneira de pensar, de se comportar, de perceber e de agir frente aos perigos que o cercam.

Como convém a qualquer trabalho científico, a pesquisa foi iniciada por meio de uma extensa revisão bibliográfica – nacional e internacional – sobre o tema, partindo em seguida para a construção de um método de investigação que permitiu entender a dinâmica do fenômeno. Parte desta revisão bibliográfica foi publicada em Mello e

Nummer (2015). Durante a qualificação do projeto de pesquisa, a banca avaliadora sugeriu refletir o risco a partir do modelo maussiano de “fato social total”. Um primeiro esboço deste exercício intelectual está apresentado no artigo “O risco como fato social total: uma análise bibliográfica a partir da profissão policial militar”, cuja metodologia dedutiva é baseada exclusivamente de revisão bibliográfica.

A metodologia desta pesquisa foi qualitativa e as informações iniciais, em termos instrumentais e de categorização dos riscos, foram obtidas por meio de dois grupos focais com policiais militares da Polícia Militar do Estado do Pará, apresentadas no trabalho de Mello e Nummer (2014), que identificaram que os policiais militares percebem o risco dentro de quatro categorias, sendo elas: (1) o risco social, compreendido aqui dentro do contexto de “estigma” (GOFFMAN, 1988), trata dos perigos associados ao significado cultural da profissão, pois ser policial, já é em si um risco; (2) o risco epidemiológico, relacionado à probabilidade de ocorrências de lesões, mortes e traumas (físicos ou psicológicos); (3) o risco voluntário, ligado diretamente ao gosto pelo enfrentamento e pela ousadia como opção; e, finalmente, (4) o risco jurídico, representado pelas consequências administrativas e jurídicas advindas de decisões erradas.

Tendo como ponto de partida esta classificação dos riscos, utilizou-se o método de História de Vida<sup>2</sup> para explorar a dinâmica das percepções de risco pelos policiais militares.

Dessa forma, buscou-se os seguintes “perfis”: 1) policial militar, homem ou mulher, oficial ou praça, que sofreu um grave processo jurídico (administrativo ou penal) em função de sua atividade que o prejudicou na vida profissional; 2) policial militar, homem ou mulher, oficial ou praça, que estando “à paisana”<sup>3</sup> ou fardado, foi reconhecido (ou seria reconhecido) como policial e foi agredido (ou seria agredido) fisicamente, tendo ficado com sequelas físicas ou emocionais reconhecidas oficialmente

---

<sup>2</sup> Não se utiliza a designação de história oral por considerar-se que história oral é um método de pesquisa que privilegia os estudos sobre “acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam” (ALBERTI, 2005, p.18). Assim, as definições de história oral e história de vida têm perspectivas diferentes, embora ambas se apoiem em relatos orais. Na primeira, especialmente historiadores, tem como objetivo a fonte histórica, ou seja, recorrer às entrevistas individuais para a reconstituição histórica, enquanto a segunda, principalmente os sociólogos, consideram estas mesmas entrevistas como relatos autobiográficos. A escolha por uma ou outra depende do objeto e dos objetivos do estudo.

<sup>3</sup> O termo “à paisana” é utilizado em linguagem corrente para designar o policial militar não uniformizado.

pela corporação; 3) policial militar, homem ou mulher, oficial ou praça, que se expôs intencionalmente a um risco considerado maior do que o necessário; 4) policial militar, homem ou mulher, oficial ou praça, que sofreu alguma lesão (física ou psicológica) durante o serviço. Foram realizadas 4 (quatro) entrevistas para elaborar o artigo “Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência” tendo como critério a representatividade do caso vivido pelo entrevistado e os modelos de riscos construídos.

**ARTIGO 01: “O RISCO COMO  
FATO SOCIAL TOTAL: UMA  
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA A  
PARTIR DA PROFISSÃO POLICIAL  
MILITAR ”**

## **O RISCO COMO FATO SOCIAL TOTAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR**

### **Resumo**

Dentre as concepções de risco, a mais recorrente é a que o define como exposição a perigos físicos, sociais e culturais, ou uma combinação entre estes. Convive-se com ele desde o nascimento até o último dia de nossas vidas. As ciências matemáticas e estatísticas buscam cálculos que possibilitem prever os riscos envolvidos em fenômenos naturais e sociais. As ciências humanas e sociais procuram compreender o risco em suas dimensões socioculturais, associando-o a aspectos religiosos e às vivências e representações de diferentes grupos sociais. Este texto apresenta uma compreensão sociológica do risco como fato social total, adotando-se como argumentos as literaturas referentes ao risco na profissão policial militar.

**Palavras-chave:** risco; fato social total; policia militar

### **Abstract**

Among the concepts of 'risk', the most recurrent is the one that defines it as exposure to physical, social and cultural dangers, or a combination of these. We live with risk from birth until the last day of our lives. Mathematical and statistics sciences seek calculations that can allow us to predict the risks involving natural and social phenomena. Human and social sciences seek to understand risk in its socio-cultural dimensions, associating it with religious aspects, experiences and representations of different social groups. The purpose of this paper is to present an understanding of risk as total social fact, adopting as arguments literature regarding the risk in military police profession.

**Keywords:** risk; total social fact; military police

### **O risco como exposição ao perigo na profissão policial militar**

O risco tem muitas definições. Dentre elas, pode ser definido como exposição ao perigo, tal como se compreende no caso analisado aqui, em que a condição de ser policial militar expõe os sujeitos a perigos que os levem a sofrer algum tipo de dano, que pode ser físico, psíquico, econômico, social, cultural, ou uma combinação entre estes; ou, ainda, em casos extremos, provocar a morte. As instituições policiais, assim

como outras, buscam desenvolver as habilidades corporais e mentais dos sujeitos que contribuam para evitar ou reduzir a exposição deles a perigos previsíveis. Cursos de formação são criados com esta finalidade e se utilizam de uma série de técnicas corporais e de preparo emocional para, em contextos de exposição ao perigo e situações críticas, garantir que seus integrantes, além de sobreviver, sejam capazes de tomar as melhores decisões.

Tomemos como exemplo o uso da força pela polícia, especialmente a força letal. Quando um policial decide pelo uso da arma de fogo diante de um perigo iminente de morte ou ferimentos graves a si mesmo ou a outros, nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão, devem ser acionadas várias perguntas sobre os possíveis resultados de sua ação, assim como devem ser ativados os conhecimentos técnicos necessários para ele atuar com eficácia. Independentemente de qual seja a sua decisão, o policial sabe que sua ação trará consequências para o resto de sua vida.

Estudos sobre tomadas de decisão em caso de uso da força letal por policiais, como o de Dror (2007) e Burrows (2007)<sup>4</sup>, criticam aqueles que analisam as ações desse segmento de uma maneira simplista e matemática. Os autores ressaltam, com pertinência, que a decisão policial é fortemente baseada na percepção do risco, que por sua vez é dependente de uma variedade de referências culturais e mecanismos cognitivos acionados.

A partir do exemplo apresentado acima, pode-se, portanto, perceber que o risco é um fenômeno complexo, com muitos significados, enquanto palavra, e muitas representações, enquanto conceito. Ele reúne várias dimensões da vida social, tais como a genética, o comportamento, a cultura, a perspectiva técnico-científica, a visão jurídica e o aspecto social.

Para dar conta dessa complexidade, a instituição policial militar tem trabalhado com a perspectiva de que o risco pode ser calculado dentro de uma perspectiva técnico-científica, embasada na matemática, na estatística, e na premissa da Modernidade em que “os mundos sociais e naturais podem ser medidos, calculados e, por conseguinte, previstos” (LUPTON, 2013, p. 4).

---

<sup>4</sup> Para uma revisão de literatura mais detalhada sobre estudos de risco na profissão policial militar ver Mello e Nummer (2015).

A grande crítica que sofre este tipo de abordagem é que, diante da obrigação de tomar decisões com informações insuficientes, as pessoas supõem que o mundo se comportará de determinada maneira, baseado em experiências passadas. Porém, o risco “é uma palavra que se refere ao futuro, ou seja, não há existência objetiva para ele [...]” (ADAMS, 2009, p. 26).

Deve-se ter em conta que a visão de mundo e o conhecimento de si e da realidade que o cerca se reflete na relação que cada sujeito tem com o enfrentamento dos perigos cotidianos, interferindo nas suas escolhas profissionais, na sua rede de sociabilidade, no uso do tempo destinado ao lazer. Ou seja, o aspecto simbólico do risco (e aí se pode incluir a confiança na previsibilidade estatística) repercute em todas as suas práticas sociais, podendo ser analisado como um fato social total.

### **Fato social total em Mauss**

Marcel Mauss foi um dos antropólogos de pensamento mais inventivo e influente na antropologia francesa. Entre seus estudos mais significativos, o *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* ocupa um lugar de destaque na literatura antropológica. Neste trabalho, que é considerado um dos mais importantes textos da antropologia, Mauss analisa as modalidades de troca nas sociedades primitivas e percebe que a lógica mercantil moderna não substitui as antigas formas de constituição de vínculos e alianças entre os seres humanos e, ainda, que tais formas continuam se manifestando nas sociedades atuais.

O autor observa que, dentre os vários povos estudados, a prática de dar e receber presentes era sistematicamente observada. Debruçando-se sobre este fato, Mauss concebe que, muito além da simples operação econômica, tais práticas mercantis envolviam dimensões fundamentais da vida social dos participantes, e que a natureza dos bens produzidos não é apenas material, mas, sobretudo simbólica. Nas palavras do autor:

(...) nesses fenômenos ‘totais’, como nos propomos chama-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda a espécie de instituições: religiosas, jurídicas, morais (estas políticas e familiares ao mesmo tempo), econômicas (supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes de prestação e de distribuição), sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições (MAUSS, 1974, p. 41).

Mauss justificou a expressão “fato social total” pela afirmação de que os processos de dar-receber-retribuir, por ele estudados, punham em movimento a totalidade de uma dada sociedade e de suas instituições ou, ainda, um grande número de instituições, demonstrando que “o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social” (MARTINS, 2005, p. 46).

Seguindo esta argumentação, percebe-se a pertinência de observar o risco como fenômeno, em face de este envolver (por em movimento) muitas instituições sociais e dimensões da vida do indivíduo e da própria sociedade. Assim, seguindo a perspectiva maussiana, encontramos no risco associado à oficialmente consagrada condição de policial militar, várias dimensões – genética, técnico-comportamental, cultural e simbólica –, que podem ser observadas como articuladas numa relação dinâmica entre indivíduo e coletividade.

### **O enfrentamento do risco possui uma dimensão genética**

São muitos os estudos que tratam dos aspectos genéticos do comportamento humano diante de risco iminente. Winston (2006) assegura que possuímos um componente genético que faz com que o nosso cérebro, diante de ameaças à nossa sobrevivência, dispare um “gatilho” involuntário que põe em movimento uma série de mecanismos que preparam o corpo humano para lutar, para fugir ou congelar. Este sistema garantiu a sobrevivência e a perpetuação da espécie humana.

O psicólogo americano Burrhus Frederick Skinner (2000), ao estudar o estabelecimento do repertório comportamental dos seres humanos, acrescenta que comportamento individual é o produto final de três histórias de interação ambiental: 1) a história da espécie, chamada de filogênese; 2) a história individual, chamada ontogênese; e 3) história do grupo social conhecida como cultura. Assim, o indivíduo se comportará mediante a combinação das informações genéticas da sua espécie, com sua história de aprendizagem (condicionamento) e com as práticas sociais na qual ele está inserido.

Sobre isso, Oliveira (2013) citando estudos e pesquisas de Siddle (1995), Oslon (1998), Grossman (2004), LeDoux (2001) e Artwohl e Christensen (1997) atestou

inequivocamente que, seres humanos levados à reação de sobrevivência<sup>5</sup> experimentam diversas alterações fisiopsicológicas que incluem até 70% de diminuição do campo visual (visão em túnel), não entendimento auditivo do que se passa ao redor (redução ou anulação auditiva), perda temporária de memória, fugas irracionais, luta com um comportamento descontrolado, ações repetitivas, perda das habilidades motoras (efeitos no cérebro), dentre outros.

Sandes e Bergas (2013) citam diversos outros autores que concordam que o corpo humano, ao perceber situações ameaçadoras, apresenta uma série de comportamentos involuntários que o preparam para uma reação de luta ou fuga, visando essencialmente, a autopreservação da espécie. Grossman (2007) amplia o debate adicionando que “quando examinamos as respostas oferecidas por seres confrontados por agressões oriundas de sua própria espécie, o conjunto de opções amplia-se e passa a incluir a (as alternativas de) encenação e a submissão” (GROSSMAN, 2007, p. 47), ambas com o mesmo objetivo de manter a espécie viva. O mesmo autor esclarece que a grande parte dos conflitos entre os homens se inicia com uma encenação de uma postura agressiva com vistas a intimidar o oponente e fazer com que este se submeta ou que ele fuja.

### **Técnicas corporais treinadas para se enfrentar o risco**

Burrhus Skinner (2000) argumenta que o repertório comportamental de um indivíduo será estabelecido no decorrer de toda a sua vida, ou seja, seus comportamentos podem ser modificados, potencializados e ainda estabelecidos novos comportamentos, de acordo com a sua interação com meio (família, trabalho, experiência boas ou ruins), podendo, a qualquer tempo, serem treinadas novas habilidades.

A habilidade de administrar situações arriscadas, no sentido de enfrentar uma condição de perigo, é aprendida desde a infância durante as ações de engatinhar, andar, correr e com a curiosidade, que estimula e propicia comportamentos “perigosos”, como a manipulação de objetos cortantes, pontiagudos, quentes, frios, duros e macios.

O comportamento de crianças pequenas, orientado pela curiosidade e por uma necessidade de estímulo e, no entanto, reprimido pelo senso de perigo, sugere que esses especialistas mirins em risco estão realizando um ato de

---

<sup>5</sup> O autor considera a reação de sobrevivência como o comportamento involuntário do corpo humano frente a uma situação de perigo iminente e grave ameaça.

equilíbrio (...) entre as recompensas esperadas de suas ações contra os custos percebidos do fracasso (ADAMS, 2009, p. 34).

Em se tratando de técnicas corporais aprendidas e treinadas, de ações tradicionais e eficazes, Ferreira, ao interpretar o texto de Mauss, afirma que essas técnicas corporais são simplesmente responsáveis por “dar conta das diferentes formas como os homens, de sociedade para sociedade, sabem tradicionalmente servir-se dos seus corpos” (FERREIRA, 2009, p. 1). Ao explorar o conceito acima, o autor adverte que o verbo *saber* indica que elas são aprendidas, que a palavra *tradicional* remete aos adjetivos eficaz, eficiente e que são transmitidas, naturalizadas. Finalmente, o verbo servir indica que o corpo humano cumpre funcionalidades, sendo ele, segundo o próprio Mauss, “o primeiro e o mais natural instrumento do homem”.

Almeida (2008), partindo da constatação de que o nosso viver é multissensorial, tem o mérito de criar o conceito de “redoma sensorial”. Segundo o autor, o senso ou sentido comum é determinado pelo horizonte da segurança sensorial ou pelo conjunto de sensações conhecidas e dominadas pela experiência de sua prática. A isto o autor chama de *redoma sensorial ordinária* que, em outras palavras, são as coisas que fazemos automaticamente, sem precisar pensar, e que podem envolver simultaneamente dois ou mais sentidos, que interagem, mas não produzem um efeito especial.

Em contrapartida, quando vivenciamos um novo processo de socialização – uma tarefa, um procedimento, um passeio por um ambiente desconhecido - todos os nossos sentidos se voltam para o aprendizado daquela nova atividade até que ela seja completamente dominada e passe a ser trivial e automatizada e, portanto, deixar de ser extraordinária, e passar a ser ordinária. Assim, surge a noção de *risco*, que pode ser afastado, iniciando-se o treinamento pelas atividades mais simples até chegar às mais complexas. É nesse processo de absorção de atividades extraordinárias e arriscadas que, diante de um público, por exemplo, o que para ele não passa de uma segunda natureza é visto como performance pelo observador externo.

Outro conceito criado pelo mesmo autor é o de *manipulação sensorial*, que acontece quando o indivíduo é transportado de seu ambiente seguro de origem (redoma sensorial ordinária) e é inserido num outro completamente diferente e arriscado (redoma sensorial extraordinária). Paixão *et al.* (2011) usam a definição de redoma sensorial para discorrer sobre o comportamento (voluntário) de risco nos esportes de aventura.

Segundo os autores, o conceito de *redoma sensorial* fornece as pistas rumo ao entendimento acerca da prática de esporte de aventura e a busca incessante por fortes emoções, já que tais atividades esportivas reúnem um grande conjunto de elementos potencialmente extraordinários<sup>6</sup> como aqueles ligados ao risco. Nessas condições, os praticantes são confrontados com a necessidade de prontidão para situações incertas, inusitadas, súbitas, imprevistas e surpreendentes que se diferem da previsibilidade e monotonia do dia-a-dia das cidades. Dito de outra forma, é a tentativa voluntária de romper com a redoma sensorial ordinária na qual se encontrava envolto.

Paixão *et al.* (2011) chamam a atenção para o fato de que as sensações como vertigem, adrenalina, risco, fortes emoções e superação passaram a fazer parte da linguagem cotidiana daqueles que se entregam à aventura a ao risco calculado, acusando uma estreita relação entre risco e aventura, entre medo e prazer.

### **O risco é construído culturalmente**

Diversos autores, dentre os quais, Douglas e Wildavsky (2012), Adams (2009), Zanirato *et al.* (2008), Veyret (2007) concordam que a percepção de risco varia entre culturas diferentes. Zanirato *et al.* (2008) definem o risco como produto social, cuja percepção é subjetiva e técnica. Para os autores o aspecto subjetivo não está no risco propriamente dito, e sim na construção que o grupo social faz do risco. Veyret (2007) afirma que o risco é uma construção social, pois

(...) a percepção que os atores têm de algo que represente perigo para eles próprios, para os outros atores e seus bens contribui para construir o risco que não depende unicamente de fatos ou processos objetivos (VEYRET, 2007, p. 30).

A mesma autora assevera que o risco é a maneira pela qual um indivíduo ou grupo social percebe o perigo, já que um único indivíduo, ou um grupo (profissional ou social), ou uma comunidade, ou uma sociedade inteira percebe o risco por meio de representações mentais e, através de práticas específicas, coexiste com ele. Portanto, ela conclui que a percepção do perigo é historicamente determinada. Na mesma linha de raciocínio, Renn (1992) discute a importância da análise cultural na percepção dos riscos e assegura que:

---

<sup>6</sup> Almeida (2008) usa o termo “elementos potencialmente extraordinários” para se referir aos elementos inéditos (extraordinários) se comparados àqueles que formam as redomas sensoriais ordinárias ou ao quando ocorre a manipulação sensorial e o indivíduo é deslocado de seu ambiente familiar, gerando uma nova redoma extraordinária.

(...) os seres humanos não percebem o mundo com olhos primitivos, mas por lentes filtradas por sentidos sociais e culturais transmitidos por meio de processos de socialização incluindo a família, amigos, chefias e colegas de trabalho (RENN,1992, p. 67).

Douglas (1992) acrescenta, por fim, que o risco não pode ser interpretado como um conceito objetivo e mensurável, mas como algo que é construído social, cultural e politicamente.

### **O enfrentamento do risco e as questões simbólicas**

Lyng (2005) apresenta a noção de “edgework” onde discute o comportamento daqueles que se arriscam voluntariamente – seja em determinados tipos de atividades laborais, seja em seus momentos de lazer. Para esse autor, a exposição voluntária a riscos pode ser entendida como uma forma radical de escapar das “rotinas institucionais” da vida contemporânea ou uma expressão especialmente pura dos imperativos culturais e institucionais da ordem social emergente.

Elias e Dunning (1995) distinguem as emoções que os indivíduos buscam no lazer, que seria uma emoção agradável, e a excitação que experimentam em situações críticas. Analisando o controle das emoções nas sociedades industrializadas modernas e estudando a busca desta excitação nos esportes e no tempo livre, os autores afirmam que a contenção destas emoções em público tem sido cada vez mais forte e eficaz. O processo civilizacional da sociedade europeia ocidental é compreendido através do controle das emoções. Neste processo os indivíduos apreenderam a controlar seus instintos através das leis, impostas pelo Estado, e do autocontrole.

Por seu turno, Elias (1980), na teoria configuracional da constituição da sociedade, afirma que um grupo ou indivíduo vai regular o comportamento e emoções conforme o tipo de relação que estabelece com outros, com o momento e com o local, demonstrando sua capacidade social e psicológica de distinguir e demonstrar seus controles emocionais. Sendo assim, os jogos são a oportunidade da busca da excitação.

Em uma perspectiva semelhante, Huizinga (2000) analisa o jogo como "forma significativa", como função social das sociedades. Para o autor, o jogo possui características próprias:

É uma atividade que se processa dentro de certos limites temporais e espaciais, segundo uma determinada ordem e um dado número de regras livremente aceitas, e fora da esfera da necessidade ou da utilidade material. O ambiente em que ele se desenrola é de arrebatamento e entusiasmo, e torna-se sagrado ou festivo de acordo com a circunstância. A ação é acompanhada por um sentimento de exaltação e tensão, e seguida por um estado de alegria e de distensão (HUIZINGA, 2000, p. 97).

A relação que o autor faz com jogo e competição interessa ao nosso estudo tendo em vista que “[...] jogo e perigo, risco, sorte, temeridade — em todos estes casos trata-se do mesmo campo de ação, em que alguma coisa está "em jogo" (HUIZINGA, 2000, p. 32). Assim, podemos afirmar que na complexidade dos desafios nos jogos estão envolvidas dinâmicas do risco e não seria incorreto pensarmos que jogo lúdico voluntário envolve certo reconhecimento dos riscos a ele associados, fazendo parte do conceito de “edgework”.

No caso da profissão policial militar o emprego do conceito de “edgework” é controverso, tendo em vista que a profissão é considerada de alto risco, assim, aqueles que a exercem já estariam voluntariamente escolhendo conviver com uma diversidade de riscos. Porém, em pesquisas anteriores (MELLO; NUMMER, 2014), optou-se por utilizar esse conceito para comportamentos que excedem os riscos cotidianos da profissão. Percebemos que alguns sujeitos, colocam-se em situação de risco sem os devidos equipamentos, fora do seu horário de serviço e sem o acompanhamento de outros profissionais como apoio. Nestes casos, especialmente, o mito do herói, perpassa as representações simbólicas dos indivíduos e da coletividade que exige uma ação deste sujeito devido a sua condição de policial militar. Temos aqui a presença marcante dos aspectos simbólicos associados à exposição voluntária aos riscos.

Em “O poder do mito”, Campbell (1991, p. 79) afirma que “o herói é aquele que participa corajosa e decentemente da vida, no rumo da natureza e não em função do rancor, da frustração e da vingança pessoais”. Para o autor, no imaginário social, o herói tem um objetivo moral na sua ação arriscada: salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender um ideal. O ato heroico envolve um sacrifício e a função social do sacrifício é a remissão de pecados e comunhão, além de ter uma finalidade na sociedade na qual ele se realiza (MAUSS; HUBERT, 2005) que, no caso analisado aqui, é o de consagrar que

a profissão policial militar é uma profissão de fé; ou seja, publicamente, uma doação dos indivíduos ao bem da coletividade, mesmo com o “risco da própria vida”<sup>7</sup>.

### **Conclusão**

Buscou-se apresentar uma extensa revisão de literatura sobre risco associado à profissão policial militar, argumentando-o como fato social total, de acordo com as formulações de Mauss (1974).

A análise bibliográfica permitiu perceber que questões biológicas, psicológicas, sociais e simbólicas são, geralmente, analisadas separadamente quando o objeto de estudo é o risco associado ao exercício da profissão policial militar. Também foi possível reconhecer a multiplicidade do conceito, interpretado aqui como exposição ao perigo em circunstâncias em que o desfecho causa danos ou morte.

Ao retomar esta concepção maussiana, objetivou-se demonstrar que é fundamental pensar no risco a partir da relação indivíduo e sociedade e de sua multicausalidade enquanto fenômeno, superando perspectivas tecnicistas e atitudes heroicas ainda fortemente marcadas nos cursos de formação policiais militares.

---

<sup>7</sup> Parte do juramento dos Cursos de Formação de soldados das polícias militares. Em alguns estados do Brasil, a palavra risco é substituída por sacrifício.

## Referências

ADAMS, John. *Risco*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

ALMEIDA, Luiz Guilherme Veiga de. *Ritual, risco e arte circense: o homem em situações-limite*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.

ARTWOHL, Alexis; CHRISTENSEN, Loren W. *Deadly Force Encounters: What cops Need to know to Mentally and Physically prepare for survive a Gunfight*. Colorado: Paladin Press, 1997.

BURROWS, Colin. Critical Decision Making by Police Firearms Officers: A Review of Officer Perception, Response, and Reaction. *Advance Acces Publication*, p.273-283, 2007.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1991.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Risk and blame: essays in cultural theory*. London and New York: Routledge, 1992.

DROR, Itiel E. Perception of Risk and the Decision to Use Force. *Oxford University Press*. V.1; n.03; p.265-272, 2007. Disponível em: <http://policing.oxfordjournals.org/content/1/3/265.full.pdf+html>. Acesso em: jul. 2015.

ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio em el proceso de la civilizacion*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

FERREIRA, Vitor Sergio. *Elogio (sociológico) à carne: A partir da reedição do texto “as técnicas do corpo” de Marcel Mauss*. 2009. Disponível em: <http://www.letas.up.pt/isociologia/uploads/files/Working37.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

GROSSMAN, Dave. *On Combat: The Psychology and Physiology os Deadly Conflict in War and in Peace*. USA: Warrior Science Publications, 2004.

GROSSMAN, Dave. *Matar: um estudo sobre o ato de matar e o preço cobrado do combatente e da sociedade*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2007.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. 4.ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEDOUX, Joseph E. *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LYNG, Stephen. *Edgework: the sociology of risk taking*. New York: 2005.

LUPTON, Deborah. *Risk*. 2. ed. London/New York: Routledge, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, V. 73. Dez. 2005, pp. 45-66. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf>. Acesso em: 29 AGO 2015

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o Sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELLO, César Maurício de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. *Policia militar: uma profissão de risco*. ANAIS 29ª RBA. Natal, UFRN, 2014. Disponível em <[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965\\_ARQUIVO\\_ArtigoRBA2014CesareFernanda.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965_ARQUIVO_ArtigoRBA2014CesareFernanda.pdf)>. Acesso em set. 2015.

MELLO, César Maurício de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. *A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios*. In: FRANÇA, Fábio Gomes; SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos. *Estudos em Segurança Pública: direitos humanos, polícia e violência*. João Pessoa: Ideia, 2015.

OLIVEIRA, Humberto W. S. *Autodefesa contra o crime e a violência: um guia para civis e policiais*. São Paulo: Barúna, 2013.

OLSON, Dean T. Deadly Force Decision Making. *FBI Law Enforcement Bulletin*. Washington: FBI. V.67, n.2, p. 1-9, 1998.

PAIXAO, Jairo Antônio da et al. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis: ABRAPSO, 2011, v. 23, n. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000200023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200023)>. Acesso em: mar. 2014.

RENN, Ortwin. Concepts of risk. In: KRIMSKY, Shelton; GOLDIN, Dominic. (eds.). *Social theories of risk*. Wesport: Praeger Publishers, p. 53-79, 1992.

SANDES, Wilquerson Felizardo; BERGAS, Orivaldo Peres. Uso do biofeedback no treinamento policial. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 7, n. 1, 166-180. Fev/Mar 2013. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/210/137>. Acesso em: 29 AGO 2015.

SIDDLE, Bruce K. *Sharpening the Warrior's Edge*. Belleville: PPCT Research Publications. 1995.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. Tradução João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. - 10a Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VEYRET, Yvette. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

WINSTON, Robert. *Instinto humano: como os nossos impulsos primitivos moldaram o que somos hoje*. São Paulo: Globo, 2006

ZANIRATO, Silvia Helena et al. Sentidos do risco: interpretações teóricas. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v.13, n. 785, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: dez. 2014.

**ARTIGO 02: “RISCOS DA  
PROFISSÃO POLICIAL MILITAR:  
HISTÓRIAS DE VIDA E  
RESILIÊNCIA”**

**RISCOS DA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR: histórias de vida e resiliência**

**César Maurício de Abreu Mello<sup>8</sup>**  
**Fernanda Valli Nummer<sup>9</sup>**

**RESUMO**

Este artigo analisa o fenômeno da percepção dos riscos do ponto de vista dos policiais militares da Polícia Militar do Pará. Categorizou-se, à priori, quatro tipos de riscos: o risco social, o risco epidemiológico, o risco jurídico e o risco voluntário. Utilizando-se o método de História de Vida, pode-se perceber nos relatos dos quatro entrevistados que as origens sociais, as trajetórias e os projetos de vida de cada sujeito interfere na maneira como ele percebe os perigos relacionados a sua condição de policial militar, além disso, sua experiência vivida diante da situação relatada, modifica seu estilo de vida e seu comportamento profissional.

**Palavras-chave:** Pará. Polícia Militar. Origens Sociais. Trajetórias. Projetos de Vida.

**ABSTRACT**

This article analyzes the phenomenon of perceived risk from the point of view of the police officers of Para Military State Police. First, we categorized four types of risks: social risk, the epidemiological risk, legal risk and voluntary risk. Using the method of Life History can be seen in the story of four respondents that social origins, trajectories and life plans of each subject interferes with the way he perceives the dangers related to their status as military police officer, furthermore, their lived experience in the related situation, change your lifestyle and your professional behavior.

**Keywords:** Pará. Military Police. Social origins. Trajectories. Life plans.

**1. INTRODUÇÃO**

No mundo cotidiano algumas palavras têm o condão de atrair para si uma atenção especial e imediata. A palavra “risco” é uma delas. É difícil imaginar uma pessoa que, ao se deparar com um aviso de “risco de morte”, “risco de queda”, “risco de choque elétrico”, por exemplo, não pare para refletir e mude imediatamente seu

---

<sup>8</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/IFCH) da Universidade Federal do Pará

<sup>9</sup> Socióloga, Doutora em Antropologia Social, Professora Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/IFCH) da Universidade Federal do Pará, Belém.

comportamento. Ademais, no senso comum, a palavra risco é utilizada numa diversidade de outros significados tais como: “risco Brasil”, “risco de mercado”, “riscos da pobreza”, “riscos de desemprego”, “riscos de contrair doenças”, etc., todos eles atraindo a cautela e a prudência necessárias de quem lê ou de quem os ouve.

No meio acadêmico não é diferente. A polissemia do risco, ao admitir muitos entendimentos enquanto palavra e muitas representações enquanto conceito justifica inúmeras pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento que vão desde a sua relação com outras palavras como “perigo”, “ameaça”, “incerteza”, “segurança”, entre outras, até suas relações simbólicas e culturais ao nível individual ou percebido por toda uma sociedade.

Desta forma, conceituar a palavra “risco” é uma tarefa difícil e complexa pois “seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais” (AREOSA, 2008, p. 1). Concordam com esta ideia Douglas e Wildavsky (1982, p. 4) quando afirmam que “como não existe uma única concepção correta de risco, não há uma maneira de fazer com que todos os demais o aceitem”.

Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007, 2008), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), dentre outros, debatem o risco do ponto de vista de como ele é percebido pelos policiais e o papel estruturante que o risco desempenha em todos os aspectos do seu trabalho. Os autores concordam que os policiais constituem uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, ao elevado estresse, e a um sem número de situações de riscos epidemiológicos e social, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes, uma vez que “seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 18).

Desta forma, após a análise, interpretação e comparação das diversas correntes teóricas, somadas à experiência profissional dos autores e tendo como pano de fundo a atividade policial militar, nesta pesquisa entende-se o risco como a condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, prejuízos na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito.

As percepções dos riscos, como fator humano, compreendem os valores, as crenças e a maneira como estes interagem com as culturas profissionais, sejam formais ou informais. Assim, é possível perguntar: quais as percepções dos riscos associadas à profissão de policiais militares que atuam na Região Metropolitana da cidade de Belém, estado do Pará? A fim de responder a tal indagação, foi realizada uma pesquisa (MELLO; NUMMER, 2014) que apontou que as percepções de riscos associados à profissão pelos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém, Pará, são diferentes dos que trabalham no interior do estado.

Neste estudo, partimos dos resultados da pesquisa anteriormente citada e buscou-se compreender como as origens sociais, as trajetórias e os projetos de vida influenciam e alteram a maneira pela qual os riscos associados à profissão são percebidos e vivenciados pelos policiais que atuam na região metropolitana de Belém.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O *insight* inicial, que nos possibilitou chegar a uma categorização dos riscos, surgiu através dos resultados obtidos pelo emprego da técnica denominada *grupo focal*, que foi aplicado em dois grupos distintos de policiais militares da Polícia Militar do Estado do Pará que exerciam suas atividades laborais ou na capital do estado (cidade de Belém – grupo focal um) ou em uma cidade do interior do estado (cidade de Soure – grupo focal dois), que identificou que os 3 (1) os riscos sociais, compreendido aqui dentro do contexto de “estigma”, trata dos perigos associados ao significado cultural da profissão, pois ser policial, já é em si um risco; (2) os riscos epidemiológicos, relacionado à probabilidade de ocorrências de lesões, mortes e traumas (físicos e psicológicos); (3) os riscos voluntários, ligado diretamente ao gosto pelo enfrentamento e pela ousadia como opção; e, finalmente, (4) os riscos jurídicos, representado pelas consequências administrativas e jurídicas advindas de decisões erradas. Estas classificações são didáticas, pois sabemos que em as situações de perigo enfrentadas na condição de policial militar reúnem uma combinação destes modelos analíticos (MELLO; NUMMER, 2014).

Vários estudos sobre os riscos (ADAMS, 2009; BERNSTEIN, 1997; BLASTLAND E SPIEGELHALTER, 2015; BURROWS, 2007; GARDNER, 2009) são baseados no que Lupton (2013) chama de “perspectiva técnico-científica do risco”, isto

é, indicam a utilização de instrumentos científicos usados para monitorar, medir e calcular os riscos, desta forma, trazem a noção de risco como cálculo de probabilidades.

Percebe-se ainda que esta tem sido a perspectiva hegemônica presente nas culturas institucionais dos órgãos de Segurança Pública do país, em particular, pelas polícias militares do Brasil, e que esse olhar deixa de considerar os aspectos sociais e culturais que interferem na compreensão desses mesmos riscos. Esta pesquisa se afasta deste enfoque ao investigar a percepção dos riscos pelos policiais militares através do método qualitativo da História de Vida<sup>10</sup>, em função das possibilidades que essa ferramenta nos oferece em entender os aspectos culturais e sociais que cercam e que influenciam a maneira de pensar, de perceber o mundo a sua volta e de agir frente aos inúmeros perigos que se apresentam nos momentos de serviço ou de folga de cada entrevistado.

Partindo da categorização preliminar de risco, utilizou-se o método de História de Vida para estudar a dinâmica das percepções de risco pelos policiais militares que vivenciaram cada um dos tipos de risco classificados à priori. Foi utilizado um roteiro de temas norteadores para os encontros e todas as narrativas, a exceção de uma<sup>11</sup>, foram gravadas em áudio, transcritas e a técnica de análise do *corpus* foi análise temática<sup>12</sup>.

Guérios (2011) afirma que a história de vida é um método que permite ao pesquisador complexificar a observação dos fenômenos sociais e obter inúmeros ganhos em relação a outros métodos qualitativos. Conceituada nas palavras de Queiroz (1988, p. 275), a história de vida é “uma técnica de entrevistas empregadas pelo cientista social, que obtém um ‘relato de um narrador sobre sua existência através do tempo’”.

Quanto à discussão sobre a validade científica do método de História de Vida, apesar da reconhecida controvérsia acerca das narrativas biográficas, onde tem-se em

---

<sup>10</sup> Não se utiliza a designação de história oral por considerar-se que história oral é um método de pesquisa que privilegia os estudos sobre “acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam” (ALBERTI, 2005, p.18). Assim, as definições de história oral e história de vida têm perspectivas diferentes, embora ambas se apoiem em relatos orais. Na primeira, especialmente historiadores, tem como objetivo a fonte histórica, ou seja, recorrer às entrevistas individuais para a reconstituição histórica, enquanto a segunda, principalmente os sociólogos, consideram estas mesmas entrevistas como relatos autobiográficos. A escolha por uma ou outra depende do objeto e dos objetivos do estudo.

<sup>11</sup> Um dos entrevistados não se mostrou “confortável” ante a possibilidade da entrevista ser gravada. Assim, os pesquisadores optaram por não fazê-lo.

<sup>12</sup> Análises temáticas “são as que tentam principalmente revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 228).

lados opostos Franco Ferrarotti, defensor da “autonomia biográfica” (1983) e Pierre Bourdieu com “A ilusão biográfica” (1996), concordou-se com a recente ideia de pacificação levantada por Passeggi (2014) que conclui que Bourdieu se “converteu” ao método biográfico, após quase três décadas de polêmicas, ao publicar seu “Esboço de autoanálise” (2005). Segundo a mesma autora, isto se deu, pois, “as mudanças sociais, ao longo dos últimos trinta anos, esmaeceram, no entanto, os argumentos utilizados por Bourdieu para denunciar a ilusão biográfica” (PASSEGGI, 2014, p. 227).

Vários cuidados foram observados para se garantir a “confiabilidade julgada satisfatória” acerca da “validade” dos dados obtidos (PENEFF, 1994, p. 29). A primeira delas foi o “controle” sobre o conteúdo do relato biográfico, como forma de evitar que o pesquisador fosse manipulado durante as entrevistas. Seguindo as orientações de Peneff (1994), tal controle foi obtido pela “manifestação, pelo sociólogo [pesquisador] (em suas reações, questões, colocações) de um bom conhecimento da época e do meio evocados na entrevista (...), o conhecimento histórico, econômico, demográfico, político das situações” (PENEFF, 1994, p. 29). Outros pontos que mereceram atenção foram sugeridos por Silva *et al.* (2007), e se relacionam com os cuidados na transposição do registro oral para o escrito em função das dificuldades de restituição do valor semântico das falas.

Um ponto particularmente importante dentro desta pesquisa foi a tentativa de redução da violência simbólica, pois, sendo o autor um oficial combatente da Polícia Militar do Pará e todos os seus entrevistados subordinados hierarquicamente, poderiam, durante as narrativas, alterar os fatos acontecidos como forma de justificar ou até mesmo esconder possíveis erros ou enaltecer demasiadamente os acertos. Em relação a esse tema, duas observações se fizeram absolutamente necessárias. Lembra-nos Silva *et al.* (2007, p. 32) que “o método começa a partir do desejo do entrevistado de contar sua vida. Pede-se ao sujeito que conte sua história, **como achar melhor** [grifo nosso] nos moldes de entrevista não estruturada”.

A fim de minimizar tal condição de violência simbólica, várias medidas foram adotadas. Primeiro todos os entrevistados participaram voluntariamente da pesquisa, isto é, consentiram livre e espontaneamente a utilização dos dados coletados para fins desta pesquisa assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Segundo, antes das entrevistas foram explicados: 1) os objetivos da pesquisa, cujo ponto central é a tentativa de melhor entender os riscos associados à profissão policial para possibilitar

o desenvolvimento de instrumentos capazes de reduzir tais riscos, 2) a natureza exclusivamente acadêmica do trabalho e 3) as questões relacionadas à confidencialidade que impedirão a revelação das identidades dos entrevistados, que neste trabalho, receberão nomes fictícios de Antônio, Bernardo, Charles e Daniel. Terceiro, as entrevistas foram marcadas mediante um contato prévio e os sujeitos foram escutados em local e hora designadas ao seu critério. Todos os entrevistados optaram por realizar os encontros na Casa Militar, talvez por estar situada em um local central da cidade e longe dos seus ambientes familiar e de trabalho. Finalmente, foi solicitada ao entrevistado a permissão para gravar a conversa, a fim de recuperar, a posteriori, a maior quantidade de detalhes possíveis. Em todas as entrevistas estiveram presentes ambos os pesquisadores.

Finalizados os encontros, na transcrição das entrevistas, deu-se atenção especial ao “não dito”, isto é, os silêncios, os suspiros seguidos de silêncio, as elevações de tonalidade de voz e a todas as emoções percebidas já que constituem uma importante fonte de análise. Nos trechos de descrição das entrevistas os autores optaram por evitar frases confusas e redundâncias verbais e tiques de linguagem. Declarações informativas foram relatadas em estilo indireto e em algumas das transcrições das falas dos entrevistados estão apresentadas entre colchetes as expressões corporais consideradas significativas para “dar o colorido particular ao discurso oral e preencher uma função eminente da comunicação [...] (Bourdieu, 1999, p. 710), qual seja, torná-la completamente legível para quem não ouviu o discurso original. As informações entre parênteses são ou supressão de trechos de falas ou explicações necessárias, incluídas pelos pesquisadores, para o entendimento da narrativa e formas usuais da comunicação oral foram mantidas nas citações.

Como recorte espacial, embora a corporação tenha sua abrangência e autoridade exercida em todo o Estado do Pará, esta pesquisa ficou restrita aos Policiais Militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém (RMB). A decisão de manter tal restrição se deu por três razões principais. Primeiro, a seleção de amostra foi intencional e várias unidades da RMB apresentam policiais com as características que se buscam. Segundo, atentando às questões éticas, as unidades policiais militares da capital possuem policiais suficientes em cada turno para nos possibilitar a realização do grupo focal em seus horários de serviço sem que isso afete a dinâmica do policiamento em execução naquele turno. E, terceiro, atentando às questões ligadas à acessibilidade,

as enormes distâncias entre algumas unidades da PMPA, a dificuldade de acesso a várias delas e os elevados recursos financeiros necessários para os deslocamentos, alimentação e estadia durante o trabalho de campo são um fator limitador na escolha dos entrevistados.

Dentro dos quartéis da RMB, escolheu-se 06 (seis) sujeitos através de uma seleção intencional dentre os policiais que sofreram algum dano físico ou emocional ou prejuízo à trajetória profissional e/ou às relações sociais associado à exposição aos riscos categorizados à priori. Destas 6 (seis) entrevistas realizadas, 4 (quatro) foram escolhidas e serão apresentadas por entendermos que se adequaram à classificação de riscos elaborada à priori: Antônio, sofreu uma lesão física grave durante seu turno de serviço; Bernardo, foi processado jurídico- administrativo e penalmente em função de sua participação em uma ocorrência policial que o prejudicou na vida profissional e pessoal; Charles, se expôs intencionalmente a um risco considerado maior do que a técnica policial militar recomenda e para o qual não tinha treinamento e Daniel, foi reconhecido como policial e por isso agredido fisicamente, tendo ficado com sequelas físicas e emocionais reconhecidas oficialmente pela corporação.

### **3. ANTÔNIO: OS RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS**

Antônio é da cor parda, olhos e cabelos negros, cerca de um metro e sessenta de altura e possui 45 anos de idade. De aparência magra, possui no rosto as marcas do tempo características de uma pessoa que começou a trabalhar ainda criança. De fala firme e curta, não era de muitas palavras. Apresentou-se em trajes civis para a entrevista e, mesmo não parecendo tenso ou nervoso, se limitava apenas a responder às perguntas, e a criticar as instituições ligadas a Área de Segurança Pública:

Porque em termo de justiça, a gente prende hoje e amanhã o elemento é solto. Daí também muitas das vezes a gente se esbarra em esfera administrativa [pausa, pensativo], como trabalhei no interior, se você prender o cara e ele for parente dum cidadão lá de importância política, você é transferido mesmo que o trabalho (policial militar) que você esteja fazendo seja um trabalho digno [negação com a cabeça], ou aceita a influência política e se torna corrupto. (Antônio).

Criado pela mãe, que era servente em uma escola, foi o único dos sete filhos que entrou na polícia em parte por influência do tio que era sargento da PM e exercia o

cargo de “comissário de polícia”<sup>13</sup> em uma cidade do interior do estado. Antes de ingressar na polícia, ainda com sete ou oito anos, fazia vendas na rua de chopp<sup>14</sup>, picolé, frutas. Quando completou dez anos, passou a trabalhar num matadouro da cidade que recrutava meninos para fazer o serviço geral (limpeza das instalações, limpar bucho, couro de boi, etc.). Depois, foi cobrador de ônibus e, em 1994, com 23 anos, avisado pelo tio, fez o concurso da Polícia Militar em uma cidade do interior (que não conhecia) somente porque era mais fácil de passar. Passou no concurso, fez o curso de formação lá mesmo e ficou servindo na unidade como estafeta<sup>15</sup> até o ano de 1997, quando conseguiu uma transferência para um quartel da capital (Belém), onde passou a executar o trabalho de “patrulheiro”<sup>16</sup> em viaturas.

Sobre o acidente, relatou que estava de serviço sentado no banco de trás da viatura com a arma<sup>17</sup> na mão, quando seu telefone tocou. No momento em que foi atender, a viatura passou por um buraco e a pistola escorregou para frente. Ao tentar pega-la com a mão fraca<sup>18</sup>, ela disparou, acertando-o na mão e no seu pé. Em consequência, passou vários dias em hospitais e quase dois anos em casa, impossibilitado de voltar a trabalhar. Numa investigação administrativa interna, foi punido disciplinarmente pelo disparo da arma. Voltou ao trabalho administrativo em 2009 e foi reformado<sup>19</sup> no ano de 2010 quando tentava passar no curso para sargentos. Atribui a “culpa” do ocorrido à Polícia Militar por não ter o treinado suficientemente no manuseio com a pistola.

Eu analiso assim que foi culpa da instituição que não me deu o devido amparo no sentido de me profissionalizar corretamente [olha nos olhos de

---

<sup>13</sup> Em decorrência da inexistência de Delegados de Polícia em algumas cidades do interior do Estado do Pará, até os anos 60, policiais militares acumulavam, em caráter de excepcionalidade as funções daquele no município. Em termos práticos, exerciam conjuntamente as atividades de policiamento ostensivo e de investigação.

<sup>14</sup> Chopp, também conhecido como sacolé, geladinho, dindin, chup chup, é suco de fruta congelado em um saco plástico.

<sup>15</sup> Estafeta é a atividade exercida normalmente por um soldado ou cabo que consiste em entregar e receber as correspondências (documentação) daquela unidade policial. É uma escolha pessoal do comandante e requer, em unidades mais afastadas da capital, várias horas ou dias de viagem em ônibus ou barcos para se chegar ao Quartel do Comando Geral da PMPA.

<sup>16</sup> Uma Guarnição (GU) é a unidade mínima que compõe uma viatura policial militar. É composta pelo motorista e pelo patrulheiro. Podem haver mais de um patrulheiro. O policial militar com maior posto ou graduação daquela GU é o comandante.

<sup>17</sup> Todos os policiais militares que trabalham em viatura recebem, mediante cautela, uma pistola “padrão”, calibre .40 (ponto quarenta).

<sup>18</sup> A “mão fraca” é a mão contrária àquela usada para as tarefas principais. Para os destros, a mão fraca é a mão esquerda.

<sup>19</sup> Procedimento administrativo que exclui o PM do serviço ativo e o transfere para a reserva remunerada permanentemente.

cada pesquisador], que eu não tive curso de pistola, como ela funcionava, trocaram o revólver pela pistola e não me deram essa capacitação (Antônio).

Vários autores, dentre os quais Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007, 2008), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), discutem como o risco é percebido pelos policiais e a natureza estruturante que ele desempenha durante os serviços e também nos horários de folga. É consenso entre eles que os policiais constituem uma categoria profissional vulnerável à produção de várias de situações de riscos, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes. Nas palavras de Antônio:

É uma atividade perigosa, cem por cento [pausa longa, pensativo], porque a gente lida com todo tipo de pessoa, bota em risco a vida de outro e a nossa (Antônio).

Um desses riscos, diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes quase que por razões óbvias. Durante o seu turno de serviço, o policial está (na esmagadora maioria das vezes) armado. A arma é seu principal instrumento de serviço. Ele deve portá-la sempre em condições de pronto emprego, muitas vezes, de arma em punho, aponta para a direção de seu olhar com o dedo no gatilho. Outras, aponta para o chão, para cima, guarda-a em seu coldre<sup>20</sup> ou a pendura ao corpo pela bandoleira<sup>21</sup>. Entre esses movimentos, precisa manuseá-la com cautela, rapidez, perícia e segurança. Quando está sob pressão de tempo ou pela proximidade de um perigo, ou ainda, quando necessita exercer múltiplas atividades ao mesmo tempo, tais atividades se tornam mais arriscadas.

Eu era patrulheiro (...) foi nessa hora que já era meio-dia [pausa, pensativo], estava com a pistola em “pronto-emprego” na mão, [demonstra em gestos sem levantar da cadeira], nessa hora o telefone tocou e eu pensei que era o coronel, daí quando eu fui querer atender o telefone, mas quando a gente tinha passado por trás do cemitério, (...) o terreno um pouco cheio de buraco, lombada (...) quando chegou na curva, ele (o motorista) deu uma freada eu tava com telefone e senti que a pistola caiu (...) quando eu fui tentar pegar, pois eu pensei que se ela caísse ela iria disparar e poderia atingir um dos dois (policiais militares que estavam também na viatura) que estavam na frente ou eu mesmo né [olha nos olhos de cada pesquisador], quando eu fui tentar pegar ela disparou. Eu fui tentar pegar com a mão esquerda (...) no momento não senti dor, não senti quase o meu pé. Eles ficaram apavorados. O tiro pegou primeiro na mão, varou e desceu por aqui assim [mostrando com a mão a trajetória do projétil até atingir o pé] (Antônio).

<sup>20</sup> Acessório, normalmente preso ao cinto do policial, usado para armazenar a pistola.

<sup>21</sup> Acessório preso em ambas as extremidades da arma longa que permite ao policial pendurá-la ao lado do corpo

#### 4. BERNARDO: OS RISCOS JURÍDICOS

Bernardo é da cor parda, cabelo curto e rosto redondo. Com pouco menos de um metro e setenta de altura, gosta de jogar futebol e admite estar um “pouquinho” acima do peso. De fala calma e perfeitamente articulada. Inicialmente Bernardo afirmou tacitamente que não falaria do incidente, pois este ainda estava em processo de julgamento e perguntou se seu advogado precisava estar presente na entrevista. Depois de esclarecido os objetivos da pesquisa, Bernardo afirmou que responderia quaisquer perguntas, mas que não falaria do incidente e não autorizou a gravação.

Filho de um mestre de obras e de uma mãe doméstica tem quatro irmãos homens sendo que o mais velho é policial militar e foi quem o influenciou a escolher a sua profissão. Entrou na PMPA como soldado com vinte e um anos de idade e cursou o ensino médio já como soldado. Trabalhou em vários quartéis e como era habilitado, passou a dirigir viaturas.

Quando Bernardo começou a narrar sua trajetória como motorista pelos quartéis nos quais prestou serviço, ele tocou no braço da pesquisadora que estava sentada ao seu lado e disse: “Eu quero falar do incidente”. Ambos os pesquisadores deixaram de lado o bloco de anotações para ouvir o seguinte relato de Bernardo. Em janeiro de 2005 ele estava de serviço em uma viatura quando ouviu pelo rádio um chamado do CIOP<sup>22</sup> determinando seu deslocamento para apoio em uma perseguição de um suspeito. Ao chegar ao local, estacionou a viatura próximo ao “ponto crítico”<sup>23</sup> e, por ser motorista, permaneceu ali enquanto seu patrulheiro se deslocava até o local. De onde estava, via uma grande aglomeração de pessoas e ouviu vários disparos de arma de fogo. Após o término da ocorrência, ficou sabendo que naquela perseguição um inocente foi morto e que os policiais eram acusados de tê-lo matado por engano.

O fato foi amplamente divulgado na imprensa local e nacional e mudou permanentemente sua vida. Primeiro, teve que mudar de quartel, pois a mãe da vítima passou a persegui-lo. Seus parentes e vizinhos o indagavam a todo momento sobre o ocorrido. Oito meses após o incidente, sua prisão foi decretada, mesmo ele provando que não havia disparado um único tiro. Sua esposa estava grávida e ele foi preso.

---

<sup>22</sup> Centro Integrado de Operações Policiais

<sup>23</sup> Ponto Crítico é o local central da ocorrência

A gente está mais machucado de quem está aqui fora [batendo mão direita fechada no peito]. Mas, quando a família chega para nos visitar na cadeia, temos que mostrar que somos fortes (Bernardo).

Durante o período em que ficou preso, sua mãe adoeceu e morreu (segundo Bernardo, em decorrência do acontecido) e sua mulher deu à luz a seu filho.

Eu não acompanhei a gravidez da minha mulher nem o crescimento do meu filho, pois até os dois anos, ele não podia entrar na cadeia para me visitar. Quando chegou lá pela primeira vez, nem me conhecia (Bernardo).

Ao descrever o que mudou em sua vida após o incidente, o Bernardo disse que

A coragem foi embora [pausa longa, baixa a cabeça e a balança em sinal afirmativo]. A pessoa que escorrega em uma casca de banana não erra de novo. Antes, eu era destemido, corajoso [pausa, pensativo], hoje [pausa longa, olha nos olhos dos pesquisadores], não é falta de coragem, mas é diferente (Bernardo).

E na sequência, sobre sua família e amigos,

Interferiu muito em minha vida, pois a imprensa notificou muitas vezes e meus vizinhos e amigos começaram a ter dúvidas acerca da minha inocência [pausa, pensativo]. Só não foi pior porque eles já sabiam quem eu era. Até a minha filha chegou do colégio um dia mostrando um jornal (entregue por um colega) que dizia que eu tinha matado um cara (Bernardo).

Adicionalmente, afirmou ter sido vítima de preconceito por parte de policiais militares que diziam às escondidas “eu não vou trabalhar com esse cara que vai me levar para uma cagada junto”.

Questionado sobre a ação do colega que fez o disparo, Bernardo afirma:

Não tem aquele curso assim que nos prepara para aqueles segundos. Nem a SWAT prepara para enfrentar uma situação como essa [olha nos olhos dos pesquisadores] Vamos adquirindo mais experiência com a idade e com o trabalho nas ruas. Aprendemos que nem tudo se resolve com uma arma (Bernardo).

No decorrer da sua atividade laboral, o policial militar vivencia uma miríade de situações nas quais tem que decidir acertadamente, sob circunstâncias desfavoráveis de tempo e de estresse. Nesse cenário, nasce uma segunda categorização de risco bastante evidenciada e temida pelos policiais militares que é a possibilidade de um erro de julgamento que acarrete em uma decisão equivocada, ou da participação em uma operação que resulte em morte ou ferimentos de inocentes e que tragam consequências administrativas e jurídicas adversas.

Oliveira (2013) é um dos autores que alerta para o fato de que o cérebro não trabalha normalmente sob situações de estresse e que pressão e medo prejudicam a habilidade de pensar lógica e criativamente.

O mesmo autor cita estudos e pesquisas de Siddle (1995), Osion (1998), Grossman (2004), LeDoux (2001) e Artwohl e Christensen (1997) que demonstram várias alterações fisiopsicológicas (e involuntárias) nos seres humanos levados à reação de sobrevivência<sup>24</sup>, como a “visão em túnel” (diminuição do campo visual), a “redução ou anulação auditiva” do que se passa ao redor, perda temporária de memória, comportamentos descontrolados, ações repetitivas, perda das habilidades motoras finas, etc.

É inequívoco que o uso da força letal pela polícia traz enormes consequências para a sociedade. Porém, o policial também é altamente impactado. Ele sabe que cada decisão sua – certa ou errada - trará consequências para o resto de sua vida. Durante o confronto ele tem preocupações adicionais que transcendem o perigo iminente de morte ou ferimentos graves. Diversas perguntas devem ser respondidas adequadamente nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão. Deve ou não usar a força? O que acontecerá se ele decidir usar sua arma de fogo? A Polícia Militar ficará ao seu lado? Seus pares irão concordar com sua atitude? Como será a reação da imprensa e da sociedade? O que pensarão os membros da sua família?

Burrows (2007) garante que as consequências de uma decisão de usar a força letal representam, para muitos policiais, uma “nova realidade” que os separa de seus colegas e, em algumas vezes, tem repercussão em seus relacionamentos pessoais e profissionais.

Dror (2007) salienta o quanto a percepção e a tomada de decisão são peças-chaves para a performance policial. Continua argumentando que decidir pelo uso da força envolve uma considerável e complexa equação de consequências e probabilidades de diferentes alternativas e que tal decisão é fortemente baseada na percepção do risco, que, por sua vez, é dependente de uma variedade de percepções, mecanismos cognitivos e experiência.

Hoje, depois de quase três anos preso, Bernardo está trabalhando normalmente porque conseguiu anular o julgamento que o condenou. No entanto, aguarda manifestação da Justiça que irá marcar um novo julgamento.

---

<sup>24</sup> Reação de sobrevivência é aquela resultante de um perigo súbito onde a vida do policial é colocada em risco. Oliveira (2013).

## 5. CHARLES: OS RISCOS VOLUNTÁRIOS

Charles é baixo, com os braços musculosos. Ao andar, mancava em consequência de um tiro que recebeu em um confronto armado e que o levou para a reforma do serviço ativo. Usava calças jeans, camisa de malha apertada e um boné que conferia uma aparência despojada ao mesmo tempo em que lhe possibilitava transitar sem chamar atenção para sua escolha profissional. Trouxe para a entrevista uma pasta contendo dezenas de recortes de jornal onde aparecia (ou era citado) prendendo suspeitos e/ou posava para fotos com produtos recuperados de roubos. À medida que falava, retirava os recortes de jornal da pasta e os exibia com orgulho na mesa, citando os apelidos e as gangues a que pertenciam cada um dos suspeitos: “Esse aqui [apontando para um suspeito no recorte de jornal] eu consegui prender quando estava de folga”. (Charles). Filho de um pai garçom (do Hotel Hilton, fez questão de mencionar com orgulho) e uma mãe funcionária da SESPA (Secretaria de Estado de Saúde Pública), estudou em regime de internato no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) desde criança, onde aprendeu a gostar da hierarquia, da disciplina e dos estudos. Entrou para a polícia militar no limite máximo de idade, aos vinte quatro anos com a intenção de ajudar as pessoas:

Eu achava que iria somar, achava que eu poderia ajudar em muita coisa, poderia fazer muita coisa pela sociedade, tanto é que eu era professor (de ensino técnico do SENAI) e larguei para entrar na segurança pública. O salário de soldado na época era mais baixo que o de professor. Desde a infância eu sempre gostei, eu estudava interno do SENAI, eu entrava às sete horas da manhã e saía às sete horas da noite (...) onde eu estudei era regime militar. Inclusive o professor era militar, era ordem unida, era tudo lá [rindo e fazendo o gesto de continência militar], a gente ia marchando para a sala [rindo]. Os exemplos do professor, da hierarquia, da disciplina motivaram a entrada na polícia e também eu vendo a sociedade ai né, eu poderia fazer alguma coisa, eu poderia somar né, como eu mostrei que alguma coisa eu fiz pela sociedade (Charles).

Em relação ao incidente, contou que estava à disposição da junta médica, ou seja, afastado do serviço por questões de saúde, quando foi até a casa de sua mãe. Chegando lá percebeu uma confusão na rua.

Eu entrei na casa da minha mãe e eu vi todo mundo gritando lá, uma gritaria lá, fui ver, fumaça né, ai eu corri pra lá [agitado, olhos arregalados, movimentando-se na cadeira], tinha um sargento do EB (Exército Brasileiro) todo fardado né, ai eu falei pra ele o que está acontecendo aê? [bate no ombro da pesquisadora representando como fez com o sargento]. Um incêndio ai [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Mora um casal ai? [aumenta o tom de voz para repetir o que perguntou] Mora [reproduzindo o

que teria sido a resposta do sargento]. Cadê? [jogando a cabeça para trás, repetindo o que perguntou para o sargento] Tão ai dentro [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Por que tu não vai buscar pô? [gesticula como se questionasse o sargento com as palmas das mãos viradas para cima e os braços abertos] Eu não, olha como é que tá o fogo ai [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Me daí a tua roupa ai [reproduzindo o que disse ao sargento, abrindo e fechando a mão direita com a palma virada para cima]. Ele me deu o colete, ai me jogaram lama, água e a Liberal<sup>25</sup> filmando lá [exclamando], me melaram todinho (com lama) e eu entrei (Charles).

Perguntado se ele pensou racionalmente antes de tomar a decisão de entrar na casa em chamas:

Na hora eu pensei na morte e na vida deles lá e fui entrando. Dois segundo só tem, no máximo três [pausa, pensativo]. Se pensar muito não vai entrar. O medo vai dominar e não tem como a gente entrar mais. Pensei em morrer sim, quando eu saí, desabou (a casa) Tem ações que dá tempo de pensar, outras não. Uma é diferente da outra (Charles).

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que o risco é um fenômeno complexo que produz sentimentos de medo, perigo e ameaça, mas que também proporciona uma série de outras recompensas psicossociais como o reconhecimento pelos pares e pelo público e emoções associadas a satisfação e ao prazer.

Um estudo de Stephan Lyng (2005) apresenta a noção de “Edgework”<sup>26</sup> que discute o comportamento daqueles que se arriscam voluntariamente – seja em determinados tipos de atividades laborais, seja em seus momentos de lazer. Para esse autor, a exposição voluntária a riscos pode ser entendida como uma forma radical de escapar das “rotinas institucionais” da vida contemporânea ou uma expressão especialmente pura dos imperativos culturais e institucionais da ordem social emergente, ou, em outras palavras no âmbito da linguagem da teoria social como “adquirir e utilizar aptidões finamente aperfeiçoadas e vivenciar intensas sensações de autodeterminação e controle, propiciando assim uma escapatória de condições estruturais que apoiam uma alienação e socialização excessiva” (BLASTLAND; SPIEGELHALTER, 2015, p. 230).

O desejo pela exposição voluntária ao perigo e pela ousadia como opção de escolha profissional apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e muitas vezes necessária que fazem parte do *ethos* do trabalho policial. Nas palavras de Minayo;

<sup>25</sup> Refere-se a emissora de televisão “TV Liberal”, afiliada da Rede Globo na cidade de Belém.

<sup>26</sup> Termo cunhado por Hunter S. Thompson cuja tradução livre poderia ser “trabalho no limite”.

Souza; Constantino (2008, p.188): “Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico”.

Charles, em suas falas, demonstra satisfação e orgulho ao enfrentar o perigo: “Esse evento foi um a mais (...) se tiver outras eu vou entrar de novo [pausa para enfatizar com o dedo indicador em riste]”.

As autoras Minayo e Souza (2003) constataram em suas pesquisas que durante uma situação de confronto com o perigo, a sensação da adrenalina percorrendo o corpo é tão prazerosa que ofusca o sentimento de medo presente.

Na mesma direção caminha La Mendola (2005) ao afirmar que “o impulso para arriscar-se trabalha, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista”. (LA MENDOLA, 2005, p. 86).

Charles evidenciava sua coragem, mediante relatos de outros casos onde desafiou o perigo e se expôs a situações extremamente arriscadas como em um confronto armado onde, sozinho, já ferido e caído ao chão, continuou trocando tiros com vários bandidos ao mesmo tempo. Tal obsessão de provar sua superioridade e bravura demonstra claramente o que Elias (1997) chamou de *Ethos Guerreiro*, um conjunto de disposições psicológicas e sociais que favorecia, ou mesmo estimulava, entre a nobreza europeia da Idade Média, um comportamento orientado pela expertise nas artes da guerra. Na Polícia Militar, é claramente evidenciado (e até estimulado) um reforço positivo para aqueles policiais “operacionais” que, mediante a inclinação para o confronto corporal violento, dão provas de bravura. Por sua ação de entrar em uma casa em chamas e arriscar sua vida, Charles foi promovido “por bravura”<sup>27</sup>.

## 6. DANIEL: OS RISCOS SOCIAIS

Vítima de sua escolha profissional, Daniel chegou para a entrevista envergonhado. Estava vestido em trajes civis e permanecia visivelmente constrangido em revelar a humilhação a que fora submetido três anos antes. Começou a entrevista falando baixo, uma voz quase inaudível, olhando para o chão durante quase toda a conversa. Só levantava os olhos para os entrevistadores quando estes lhe dirigiam

---

<sup>27</sup> A “promoção por bravura” é uma decisão exclusiva do Governador do Estado que, após reconhecer que o policial militar (em um evento específico) agiu com extrema coragem e bravura – geralmente arriscando a sua própria vida, o promove à graduação ou ao posto superior ao que ocupava naquele momento. Uma medalha denominada “Sotero de Menezes” também pode ser concedida como reconhecimento “pelos feitos heroicos”.

alguma pergunta. O constrangimento era visível também nas suas mãos entrelaçadas apoiadas sobre o abdômen quando começou a relatar sua infância sofrida:

Minha infância não foi uma infância boa, foi uma infância perturbada porque eu não tive pai [pausa, pensativo, cabeça baixa], eu tive padrasto. Eu apanhava de tamanco, pau, fio elétrico. Meu padrasto chegava em casa as duas e meia da manhã e pedia laranja. Aonde eu ia conseguir laranja a uma hora dessas? [pausa longa, cabeça baixa]. Aos doze anos eu saía com meu irmão pela madrugada do Curió<sup>28</sup>, onde morava, até o Ver-o-peso<sup>29</sup> para vender sacos de cimento vazios que eu encontrava no lixo de uma fábrica. Se eu não trouxesse dinheiro eu apanhava [suspiro], eu e meu irmão. Minha mãe também apanhava. Com quinze anos, saí de casa e fui morar na casa de uma conhecida (Daniel).

Sobre sua entrada na polícia, disse que ingressou com vinte e quatro anos como opção de emprego:

Eu terminei o segundo grau com a intensão de procurar outra coisa, fazer uma faculdade na época. (...) eu estava conversando com um colega meu, porque eu saía quase todo dia atrás de emprego, eu trabalhava [pausa, pensativo], era [pausa, pensativo] autônomo se diz. Ai, esse meu colega disse que ia ter o concurso da polícia militar. Ai eu fiquei pensando: será que vai ser bom pra nós? Só que naquele tempo era menos violento, a gente não ouvia falar em morte de policial [pausa longa, olhar fixo no chão]. Eu gostava de ver, era empolgado e entrei. Meu colega (que passou no mesmo concurso) era o (...) que morreu em serviço (Daniel).

No decorrer de sua trajetória profissional, Daniel relatou que concluiu um curso de especialização em Polícia Comunitária<sup>30</sup> no mês de maio de 2015, mas que achava que tal filosofia era uma ilusão:

Agora em maio eu fiz polícia comunitária (referindo-se ao curso de promotor de polícia comunitária oferecido pela corporação). Já tenho três desses. Isso já tá se tornando uma palhaçada, ninguém vai enganar a polícia na rua, nos quartéis com esse negócio de polícia comunitária, não sei o que mais (...) porque quem sofre é a gente na rua [suspiro longo]. A gente tá trabalhando lá, na tua, desmotivado de prender o bandido. A polícia de hoje em dia não quer mais prender o bandido [sacode a cabeça negativamente]. Sabe qual é o pensamento do policial? É o de matar o bandido porque se vai responder bronca responde por uma coisa só [suspiro]. Se eu vou responder um baleamento eu vou responder um homicídio porque eu sei que de lá ele não vai sair mais, enquanto se eu baleiar a perna dele, depois ele vai atrás de mim. O país esconde a realidade e a gente vai empurrando com a barriga. Eu vou ter treinamento para mudar isso? Eu vou ter treinamento apenas para me resguardar. Eu tenho que ter treinamento para me resguardar. Não tenho arma, [pausa, pensativo], tenho a da instituição Não tenho arma pessoal por falta de condições financeiras (Daniel).

Ao iniciar o relato sobre o incidente, Daniel lembrou que estava fardado e desarmado dentro de um ônibus intermunicipal indo para sua residência depois de ter

<sup>28</sup> Bairro do Curió-Utinga, cidade de Belém-PA.

<sup>29</sup> Mercado municipal do Ver-o-peso. Fica no centro histórico da cidade de Belém-PA a cerca de 10 km em linha reta do bairro do Curió-Utinga.

<sup>30</sup> Polícia Comunitária é uma filosofia de estratégia organizacional que tem como premissa uma aproximação mais efetiva entre as polícias e as comunidades.

saído de serviço. Era por volta do meio dia quando percebeu que o ônibus estava sendo assaltado:

Os caras me assaltaram dentro do ônibus [suspiro longo]. Eu fardado dentro do ônibus, (...) os caras subiram, só que nessa altura eu tava olhando assim pro lado e não vi a hora que os caras subiram no ônibus, só que eu fui desarmado. Os caras não me viram dentro do ônibus e quando chegou mais frente eu me espantei com aquele barulho de pistola [olha espantado para os pesquisadores], e um diz: Olha isso aqui é um assalto, ninguém se mexe que isso aqui é um assalto e se tiver polícia aqui dentro vai morrer [aumenta o tom de voz quando repete o que um dos assaltantes disse]; se eu tivesse armado eu teria estourado a cabeça dele e o outro iria pular lá na frente ou eu poderia logo ter pulado nele. Ele (o assaltante) me viu e disse sai daí polícia, tu vai morrer, tu vai morrer, te deita no chão. Tiraram minha farda [pausa longa e suspiro], fiquei só de cueca [dicionou o olhar para a professora e fez uma expressão de envergonhamento balançando a cabeça negativamente], me deram porrada, me chutaram, levaram a gente pro ramal<sup>31</sup>. Pegaram uma criança e disseram: polícia, se tu reagir eu estouro a cabeça desse muleque aqui. Levaram a gente pro ramal, mandaram todo mundo descer do ônibus, todo mundo deitou no chão e eu pensei: eu não vou morrer assim não, eu não vou morrer sem lutar. Ai eu fiquei observando, um ficou no meio, um lá na frente e um aqui comigo. Tinha um matagal grandão assim [abre um dos braços movimentando-o no ar da direita para esquerda], eu já tava todo arrebetado, na perna, no rosto. Ai mandaram eu deitar no chão e quando eu fui me abaixar ele (um dos assaltantes) abaixou também [demonstrou encolhendo o corpo] ai, eu dei-lhe um murro nele que ele caiu pra trás, nisso a pistola dele dispara e eu me joguei pra dentro do mato. Quando eu me joguei, era tiro, tiro, ai tinha uma ribanceira e eu me joguei lá pra baixo e dei com a cabeça na árvore e sai correndo dentro do mato e eles não foram atrás de mim. Foi que eu me escapei. Um cara pra ser polícia tem que ter tranquilidade e ter atitude. Se estivesse armado eu teria morrido porque eles teriam achado minha arma. (...) Isso foi em novembro de 2012 (Daniel)<sup>32</sup>.

Após o ocorrido, Daniel passou uma semana afastado do trabalho. Disse que encarou o fato como normal, apesar de ter mudado seu comportamento, de ter passado quase um ano sem dormir direito, de ter frequentado um psiquiatra e de só pensar em se “recuperar” para ir atrás dos bandidos:

Essa experiência só me deu mais vontade de não livrar a cara do bandido. Peguei, matei [cabeça baixa e tom de voz enfático com pequena pausa entre as duas palavras]. A partir disso fiquei mais alerta, não pego ônibus fardado, porque assim civil fica menos propício deles me conhecer se sou polícia ou não, se eu tiver fardado ele vai logo me conhecer. Eu vou observando mais até chegar no meu destino (...). Polícia tá no sangue. Eu gosto de ser polícia, se eu tivesse de escolher outra profissão eu ficaria na polícia mesmo (...). Meus planos pra aposentadoria é ficar em Mosqueiro<sup>33</sup>, nem ler jornal, nem ver televisão porque com certeza que eu vou ver (notícias sobre crimes) eu vou ficar indignado (Daniel).

<sup>31</sup> Estrada secundária, trilha entre vegetação.

<sup>32</sup> Diante do sofrimento apresentado no relato, não foi solicitado que o entrevistado contasse mais detalhes do ocorrido, mas seu comandante imediato à época do fato acrescentou em contato informal que o policial sofreu outros tipos de humilhação como o fato dos bandidos terem urinado nele enquanto estava deitado no chão.

<sup>33</sup> Mosqueiro é uma ilha pertencente ao município de Belém e distante cerca de 60 km desta.

Para os autores, ficaram visíveis as sequelas deste incidente. Mesmo com as diversas afirmações de Daniel que teria “superado” a questão, sua linguagem corporal contradizia suas palavras. Inúmeras vezes ratificou que, em função do ocorrido, sempre andava armado e “pronto para o combate”. Durante a entrevista, Daniel estava desarmado e se mostrou aborrecido quando indagado sobre o motivo.

Perguntado a Daniel se considera sua profissão arriscada:

O maior perigo é na folga, porque eu tô desprevenido [pausa pensativo]. No serviço eu tô com os companheiros. De folga é cada um por si, eu tenho que defender a mim e a minha família (Daniel).

Ser policial já é, por si só, um risco. E este risco se apresenta numa intensidade ainda maior quando o policial está fora de serviço. As razões para explicar tal fenômeno necessitam de um estudo mais aprofundado, mas, pela experiência profissional dos autores e pelos “estudos de caso”<sup>34</sup> das circunstâncias que envolvem a morte de policiais fora de serviço, podem-se apontar algumas possíveis causas. Primeiro, as técnicas e táticas que são apreendidas pelo policial nos cursos de formação e especialização pouco se aplicam nos cenários onde ele estará sozinho, isto é, sem um policial que lhe sirva de cobertura, sem os equipamentos de segurança individual e de comunicação que utiliza durante o serviço e, mais ainda, sem o apoio imediato institucional de outros policiais de serviço. Segundo, policiais fora de serviço são vítimas de emboscadas, onde os marginais tem como manipular as variáveis de tempo, local e *modus operandi*<sup>35</sup> com que vão atacar. Terceiro, algumas vezes esses policiais são reconhecidos pelos marginais (em função da sua *hexis corporal*, de tatuagens indicativas, pelo linguajar, etc.) ou são identificados como policiais no momento da abordagem para o cometimento do delito. Quarto, há situações onde o policial, mesmo estando à paisana e fora de serviço, se sente compelido (pelos dispositivos legais, pelos vizinhos ou pela sociedade) ao reagir ao presenciar um assalto. Nas palavras de Daniel<sup>36</sup>:

Esta percepção de risco foi comprovada pelos resultados da pesquisa “Vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública” realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015 que mostraram que

---

<sup>34</sup> Aqui refere-se ao procedimento metodológico e didático que avalia as circunstâncias de uma determinada ocorrência policial apontando erros, acertos e possíveis alternativas. Serve como base para treinamento da tropa.

<sup>35</sup> Maneira de agir.

<sup>36</sup> Nome fictício do Entrevistado 04.

74,9% dos policiais apresentam um temor alto ou muito alto de ser vítima de homicídio estando fora de serviço. A mesma pesquisa indica que 77,5% dos policiais militares do Brasil tiveram algum colega próximo vítima de homicídio fora de serviço (BUENO; HANASHIRO, 2015).

Na Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2014, morreram trezentos e vinte seis policiais militares. Destes, duzentos e cinquenta e sete morreram estando fora de serviço, ou seja, 78,83% dos policiais militares mortos não estavam de serviço (PARÁ, 2015).

## **07. ORIGENS, TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE VIDA**

Conforme explicado anteriormente, esta pesquisa partiu da hipótese que a adesão do policial à cultura organizacional institucional e conseqüentemente suas formas de perceber os riscos, se dá de forma diferenciada e leva em consideração a origem social, a trajetória e o projeto de vida do sujeito.

A origem social do policial militar encontra relação com o risco na medida em que esta influencia sua escolha profissional e as diferentes formas de reconhecimento e prática das culturas formais e informais da profissão. Pinto (1996) analisou, a partir de estudos com militares do exército francês, a influência das origens sociais, sobre o trabalho de conversão dos sujeitos aos valores do grupo. A origem social será analisada aqui como local de nascimento e moradia, profissões dos pais e irmãos, escolaridade e locais de sociabilidade anteriores ao ingresso na corporação.

Dos quatro entrevistados, Antônio e Bernardo ingressaram na polícia militar por influência direta de parentes. Charles decidiu ser policial militar, pois gostava da disciplina e da hierarquia que vivenciou durante seus estudos secundários. Daniel precisava de um emprego, de qualquer emprego.

A trajetória de vida é o percurso do sujeito ao longo da sua história de vida que, no caso particular desta pesquisa, vem ao encontro dos objetivos colocados à priori. Em relação à trajetória de vida, Mello e Nummer (2014) observaram que o policial que trabalha em cidades do interior do estado tem uma percepção de perigo diferente daquele que exerce suas funções na capital. Dessa forma, quando ele muda de ambiente, sua percepção de risco fica alterada e o policial do interior se sente mais inseguro na capital já que sua postura, suas habilidades no trânsito, seu comportamento, sua *hexis* corporal, suas “verdades” e todo o repertório técnico que funcionam tão bem e lhe

garantem a segurança no interior, podem não servir (e geralmente não servem) na capital. A experiência é outro ponto que merece destaque nesta discussão. Policiais que presenciaram ou que já participaram de confrontos armados ou de cenários em que ele próprio ou outros policiais foram feridos, tendem a ter uma visão de risco diferente daquele que nunca experimentou ou foi testemunha de um dos casos citados. Os primeiros tendem a adotar comportamentos de vigilância para evitar situações de perigo semelhantes as que viveram ou testemunharam.

Nummer (2010), ao apontar as relações existentes entre trajetórias e projetos de vida dos policiais militares do Rio Grande do Sul. Para a autora, “seguir carreira” nem sempre é um projeto de vida, especialmente se o policial já ingressa na profissão com elevado capital escolar. França e Nummer (2015), ao estudarem policiais militares pertencentes à Brigada Militar<sup>37</sup>, chegam a mesma conclusão. Segundo as autoras, há uma enorme diferença entre aqueles que se auto referenciam como pertencentes à instituição, isto é, os que “são policiais” e os outros que apenas “trabalham na polícia”<sup>38</sup>. Os primeiros estariam associados a uma

Origem social de classes sociais urbanas e rurais de baixa renda ligadas às atividades laborais na agricultura ou a profissões militares e de polícia, ao não investimento no capital cultural ligado aos títulos escolares, ao desejo de seguir carreira na profissão e aos ganhos secundários associados a este como privilégios que podem ser acionados a partir das redes de solidariedades que são trazidas à tona por meio da identidade profissional (FRANÇA; NUMMER, 2015, p. 316-317).

Desejosos de seguir carreira e permanecer na instituição, esses profissionais que “são policiais” geralmente se dedicam às instruções e aos treinamentos. Trabalham de maneira técnica e investem capital econômico e cultural em capacitação e equipamentos. Na outra extremidade, prosseguem as mesmas autoras, temos aqueles que “trabalham na polícia”, que consideram sua permanência na instituição como transitória, significando que seu projeto de vida é sair da instituição.

Dentro da trajetória de vida, os capitais<sup>39</sup>, herdados e adquiridos, também influenciam sua relação com o risco em vários cenários. Policiais militares com maior poder aquisitivo tem condições de adquirir melhores equipamentos individuais e,

<sup>37</sup> A Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul recebe a denominação de “Brigada Militar”.

<sup>38</sup> As autoras se referem a “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada”.

<sup>39</sup> Observa-se neste ponto que, nesta pesquisa usou-se o entendimento de “capital” adotado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996) que o entende como todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social: capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser acionadas em termos de recursos de dominação), capital corporal (utilização do corpo em sentido real ou simbólico para obtenção de ganhos), o próprio capital econômico (renda, salários, imóveis), entre outros.

consequentemente, estarão em melhores condições de executar suas tarefas de policiamento. Uma boa lanterna, por exemplo, é capaz de iluminar o alvo, cegar momentaneamente o agressor, clarificar o aparelho de pontaria da arma e culminar com um disparo mais certo. No mesmo grupo se enquadram aqueles que têm condições de pagar por treinamentos e cursos privados. Uma condição econômica desfavorável pode fazer com que um policial faça uso de meios de transporte públicos, como ônibus e Vans, se expondo a mais riscos, principalmente se os usa vestindo a farda, recurso utilizado para não pagar as passagens. Na mesma direção, aqueles que se deslocam em motocicletas, seja pelo custo mais baixo de aquisição e operação, seja pela rapidez de locomoção devido a moradia em áreas periféricas, ficam muito mais expostos aos riscos do trânsito. Os dados coletados permitem afirmar que outros capitais podem ser empregados, especialmente o capital simbólico que pode ser acionado através de privilégios adquiridos em função das redes de relacionamentos construídas dentro e fora da corporação. Estes privilégios estão associados ao tipo de serviço executado, administrativo ou operacional, turnos e local de serviço escalado, de maior ou menor índice de ocorrências, entre outros.

Os projetos de vida são compreendidos aqui como perspectivas futuras em relação à profissão racionalizadas pelos sujeitos, desde seu ingresso na corporação até seus arranjos e rearranjos durante a trajetória profissional. Velho (2003) aponta que os projetos individuais podem ser modificados de acordo com outras relações sociais dos sujeitos que não a profissão. O autor afirma que neste sentido eles são racionalizados, em parte, pelos sujeitos. Por isso, buscou-se compreender quais eram as expectativas futuras dos entrevistados em relação à profissão e como elas podem ter sido modificadas por uma situação vivenciadas de dano físico, psíquico ou social.

Para Bourdieu (2001) quando o mundo econômico e social se apresenta permeados de exclusões e profundamente diferenciado entre aqueles que detêm os capitais mais valorizados naquele campo social, o poder sobre as possibilidades objetivas comanda a relação com o futuro, logo os projetos de vida. Nenhum dos entrevistados manifestou perspectivas de trocar de profissão. Analisando as origens sociais, percebe-se que todos vieram de classes populares e o emprego público estável como policial militar facilitou seus acessos a uma série de benefícios econômicos e sociais, por exemplo, aqueles associados a seguridade do emprego estatal, como férias e décimo terceiro salário.

Alguns dos entrevistados encontram na profissão a oportunidade de se aventurar, de se tornarem “heróis”, de serem reconhecidos por atributos e qualidades diferenciados de um cidadão comum. Na mesma direção, Bittner (2003) descreve os predicados desejáveis a um policial nos Estados Unidos no período entre as duas grandes guerras mundiais:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes “máculas” da honestidade, lealdade, agressividade e coragem visceral (...) Este aspecto (...) do trabalho policial tinha como compensação, a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida e, por fim, mas não menos importante, a promessa da aventura (BITTNER, 2003, p. 15-16).

Portanto, percebemos que as causas que determinam o ingresso na polícia ou a forma como o sujeito administra este pertencimento fazem com que o policial lide com o risco de uma maneira diferenciada. Para uns, o risco fascina, atrai, é prazeroso e vários ficam viciados em risco. Para outros, o risco paralisa, sufoca e traumatiza.

## **REFLEXÕES FINAIS**

O propósito desta pesquisa foi investigar as percepções de riscos associados à profissão pelos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém, Estado do Pará, buscando-se entender as relações entre as origens sociais, os projetos de vida, as trajetórias dos sujeitos e as percepções de riscos desses mesmos policiais militares.

Considerou-se que a escolha do método qualitativo “História de Vida” foi essencial por ter revelado um precioso conteúdo de elementos que nos possibilitou um melhor entendimento do fenômeno “risco” dentro de uma visão do trabalho policial militar.

Das entrevistas, alguns pontos merecem destaque. Primeiro, a Polícia Militar aparece, para todos os entrevistados, como um emprego estável, capaz de possibilitar o sustento da família. E quase todos os entrevistados entraram na instituição próximos do limite de idade, como se procurassem antes por outras alternativas de emprego. Três deles não conheceram os pais, portanto, não possuem referências paternas. Um ponto que chama a atenção é que todos os entrevistados não falaram sobre planos de crescer na profissão e, apesar de terem vivenciados momentos críticos, não possuem projetos para deixar a polícia. Outro ponto em comum é o sentimento generalizado de que a

instituição não os está preparando adequadamente para enfrentar os riscos do dia-a-dia. Alguns mudaram seu comportamento após os incidentes e afirmam estar mais “vigilantes” e “cautelosos”, pois sabem que, podem até ter o domínio da técnica, mas nunca terão o domínio do fenômeno.

Os entrevistados, após vivenciarem a exposição ao risco, de uma forma analítica, podem ser classificados em dois perfis dominantes. No primeiro, se veem como “justiceiros” e se sentem fazendo parte da instituição, com a visão de que a polícia representa o bem e os criminosos o mal que precisa ser combatido e eliminado, como Charles que relata “limpar a área onde mora” ou Daniel que afirma que “alguém tem que fazer alguma coisa e que podia pegar trinta anos de cadeia, mas gostaria de levar uns vinte vagabundos para o buraco”. No segundo, àqueles que se consideram “vítimas desculpabilizadas”, que buscam na intelectualização<sup>40</sup> uma forma de criticar a cultura institucional, como se estivessem à parte da corporação. Nesta categoria, enquadra-se Antônio que, ao invés de admitir a culpa por estar com uma arma fora do coldre ao mesmo tempo em que atendeu ao telefone e se feriu com um disparo, afirmando “eu culpo pelo ferimento a Polícia Militar que não me proporcionou o treinamento adequado” e Bernardo que, ao se referir ao processo administrativo que respondeu (e foi absolvido) no âmbito da Polícia Militar, disse: “Eu tive a sorte de ter sido julgado por alguém de rua<sup>41</sup>”, sugerindo uma interpretação possível de que, na cultura institucional, nem sempre os que julgam as ações operacionais são os que têm experiência vivida no serviço de rua e se expõem aos riscos considerados “reais”.

Estes perfis são analíticos, mas nos fazem refletir sobre o fato de que, policiais mesmo após vivenciarem a exposição ao risco e sofrerem sequelas físicas, emocionais, econômicas, nas relações sociais, continuam expostos, aos mesmos ou a outros, riscos associados à condição profissional de policiais militares. Por isso, é fundamental uma reformulação e adequação dos cursos de formação e de autoproteção das corporações com vistas a incluir tópicos relacionados às técnicas de tomada de decisão em situações de elevado estresse e suas implicações emocionais, jurídicas e sociais.

---

<sup>40</sup> Bourdieu (2001) ao refletir sobre a experiência do tempo na relação entre o *habitus* e o mundo social, ou seja, as esperanças subjetivas e as oportunidades objetivas, afirma que a exclusão para fora do mundo da prática tende a ser transformada em privilégio cognitivo.

<sup>41</sup> Bernardo respondeu a um processo administrativo interno chamado Conselho de Disciplina, composto por três oficiais da Polícia Militar, cada um deles representando os papéis de acusador, defensor e presidente. No caso em particular, o presidente do Conselho era um oficial com um longo histórico profissional dentro das Operações Policiais Especiais.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

AEROSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARTWOHL, Alexis; CHRISTENSEN, Loren W. **Deadly Force Encounters: What cops Need to know to Mentally and Physically prepare for survive a Gunfight**. Colorado: Paladin Press, 1997.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio dos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BLASTLAND, Michael; SPIEGELHALTER, David. **Viver é perigoso: o que as estatísticas dizem e as pessoas pensam sobre os riscos do dia a dia**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya. **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do Sistema de Segurança Pública**. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//regionais\\_diagramado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//regionais_diagramado.pdf). Acesso em: set. 2015.

BURROWS, Colin. Critical Decision Making by Police Firearms Officers: A Review of Officer Perception, Response, and Reaction. **Advance Acces Publication**, pp.273-283, 2007.

CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Convención Internacional de Salud Pública**. 2012. Disponível em: <<http://www.convencionsalud2012.sld.cu/index.php/convencionsalud/2012/paper/view/574>>. Acesso em: mar. 2015.

CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; CORREIA, Bruna Soares Chaves. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2013, vol.18, n.3, p. 645-655. Disponível em:

- <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: mar. 2015.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. London: University of California Press, 1982.
- DROR, Itiel E. Perception of Risk and the Decision to Use Force. **Advance Access Publication**, p.265-272, 2007.
- ELIAS, N. **Os Alemães, a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FERRAROTTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**. Téraèdre, 2013.
- FRANÇA, Maria Cristina C. de Castilho; NUMMER, Fernanda Valli. Ofícios e profissões: entre trajetórias e perspectivas. pp. 304-319. In: ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. (orgs.). **Etnografias do trabalho, narrativas do tempo**. Porto Alegre: Marcavívisual, 2015.
- GARDNER, Dan. **Risco: a ciência e a política do medo**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2009.
- GROSSMAN, Dave. **On Combat: The Psychology and Physiology of Deadly Conflict in War and in Peace**. USA: Warrior Science Publications, 2004.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vidas nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos – Revista de Antropologia Social**. Santa Catarina: UFPR, v. 12, n. 1, pp. 9-29, 2011. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/download/28562/18785](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/download/28562/18785)>. Acesso em: jun. 2014.
- LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Revista de Sociologia da USP**. 17(2), 59-91, 2005.
- LEDOUX, Joseph E. **O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LYNG, Stephen. **Edgework: the sociology of risk taking**. New York: 2005.
- LUPTON, Deborah. **Risk**. 2. ed. London/New York: Routledge, 2013.
- MELLO, Cesar Maurício de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. **Policia Militar: uma profissão de risco**. Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN. 2014. Disponível em: <<http://www.anaisda29rba.org/#!gt64/cbyu>>. Acesso em: mar. 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2007, vol.23, n.11, p. 2767-2779. ISSN 0102-311X. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007001100024&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007001100024&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: out. 2013.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NUMMER, Fernanda Valli. **“Ser brigadiano” ou “Trabalhar na brigada”**: estilos de vida entre soldados da Brigada Militar. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS. 2010, vol.12, n.25, p. 224-250. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/17743>>. Acesso em: jan. 2014.

OLIVEIRA, Humberto W. S. **Autodefesa contra o crime e a violência: um guia para civis e policiais**. São Paulo: Barúna, 2013.

OLSON, Dean T. Deadly Force Decision Making. **FBI Law Enforcement Bulletin**. Washington: FBI. V.67, n.2, p. 1-9, 1998.

PARÁ. Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria. **Relatório de vitimização de policiais militares**. Belém. 2015.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. **Revista da FAEEBA**, Salvador: UNEB, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/838>>. Acesso em: fev. 2015.

PENEFF, Jean. Les grandes tendances de l’usage des biographies dans la sociologie françaises. **Politix**. 1994. Marseille: Persee v. 7, n. 27, p. 25-31. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polix\\_0295-2319\\_1994\\_num\\_7\\_27\\_1861](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polix_0295-2319_1994_num_7_27_1861)>. Acesso em: mar. 2015.

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

SIDDLE, Bruce K. **Sharpening the Warrior’s Edge**. Belleville: PPCT Research Publications. 1995.

SILVA, Aline Pacheco et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/view/6/4>>. Acesso em: dez. 2014.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre. 2006, vol.19, n.3, p. 362-370. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20312?show=full>>. Acesso em: dez. 2014.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

## **BIOGRAFIA**

César Maurício de Abreu Mello é Tenente Coronel da Polícia Militar do Pará, atualmente ocupando o cargo de Chefe da Casa Militar da Governadoria. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPA)

Fernanda Valli Nummer é graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA).

## CONCLUSÃO

O estudo dos riscos associados à condição profissional de policial militar ainda precisa ser aprofundado. A trajetória desta pesquisa apontou uma diversidade de questões que podem ser ampliadas por outros pesquisadores como, por exemplo: origens sociais dos novos ingressantes, comportamentos de riscos adotados pelos profissionais em seus períodos de folga e nos “bicos”, percepções das relações entre os cursos de formação e a prática profissional dos policiais no que se refere às situações de confronto armado, entre outras. Espera-se que estas temáticas sejam expandidas também para outras policiais brasileiras.

Finalmente, após analisar a supremacia de policiais mortos fora de serviço em comparação com os que pereceram estando em serviço e, de refletir sobre os relatos testemunhais de policiais que foram expostos a diferentes tipos de riscos, pudemos perceber que há falhas na formação e nos cursos de especialização dos policiais militares da PMPA. Desta forma, deixa-se aqui algumas propostas de intervenção com o objetivo de minimizar o número de baixas entre policiais militares da PMPA. São elas:

- Adequação dos currículos dos cursos de formação (de praças e de oficiais) com vistas a incluir tópicos relacionados às técnicas de tomada de decisão em situações de elevado estresse e suas implicações emocionais, jurídicas e sociais;

- Criação, em caráter regular, do curso de medidas de autoproteção onde será ensinado aos policiais técnicas individuais de proteção especificamente para os cenários onde ele estará sozinho e sem cobertura institucional. Esta perspectiva, incide no reconhecimento do “bico”, atividade de trabalho extra corporação, geralmente como segurança, mesmo que institucionalmente seja proibido.

- O necessário e completo entendimento, por parte dos responsáveis pelo ensino na instituição e daqueles que atuam na área de gestão, da pluralidade de origens sociais, trajetórias e projetos de vida dos policiais militares. As diferenças existentes entre as pessoas nos espaços organizacionais e os conflitos derivados devem ser valorizadas e não dissolvidas em um modelo de ensino e gestão autocrático. Esta mudança passa pelos sujeitos que fazem parte da instituição e, por isso, os cursos de formação devem ser revistos.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- AEROSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. **A importância das percepções de riscos dos trabalhadores**. 2009. Disponível em: <[http://ricot.com.pt/artigos/1/J.Areosa\\_pp.54.64.pdf](http://ricot.com.pt/artigos/1/J.Areosa_pp.54.64.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ASHCROFT, Frances M. **Life at the extremes: the science of survival**. London: Harper Collins, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. São Paulo: Ed. Jorge Zahar, 2008.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERNSTEIN, Peter L. **Desafio dos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- BITENCOURT, Antônio B. O. de; ALMEIDA, Francis M. Da semelhança à peculiaridade: algumas transformações nas interpretações sobre o risco desde a Idade Média à Modernidade Tardia. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 13, n 37, p. 95-103, Abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>>. Acesso em: jan. 2015.
- BRUSEKE, Franz Josef. Risco e contingência. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, 2007, vol.22, n.63, p. 69-80. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=173:rbc-63&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=173:rbc-63&catid=69:rbc&Itemid=399)>. Acesso em: mar. 2015.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. London: University of California Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DOUGLAS, Mary. **Risk and blame: essays in cultural theory**. London and New York: Routledge, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARDNER, Daniel. **Risco: a ciência e a política do medo**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2009.

GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRANJO, Paulo. Quando o conceito de <risco> se torna perigoso. **Revista Analise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2006, vol.181, p. 1167-1179. Disponível em: <[http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=16](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=16)>. Acesso em: out. 2014.

HAYES, Michael V. On the epistemology of risk: language, logic and social science. **Social Science and Medicine**. n. 35, v. 4, p. 401-407, 1992.

LIMA, João Marcelo Maciel de. Apontamentos sobre a cultura policial. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**. n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1078>>. Acesso em: fev. 2014.

LYNG, Stephen. **Edgework: the sociology of risk taking**. New York: 2005.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

LUPTON, Deborah. **Risk**. 2. ed. London/New York: Routledge, 2013.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. **Policial Militar: uma profissão de risco**. Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN. 2014. Disponível em: <<http://www.anaisda29ba.org/#!gt64/cbyu>>. Acesso em: mar.2015.

\_\_\_\_\_. A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios. FRANÇA, Fábio (org.). **Estudos em Segurança Pública: Forças Armadas, Polícia e Violência**. 2015.

MENDES, Felismina. Risco: um conceito do passado que colonizou o presente. **Revista Promoção da Saúde**, v. 20, n. 02. jul-dez/2002. Disponível em: <[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/2-05-2002.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/2-05-2002.pdf)>. Acesso em set de 2014.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MUCHEMBLED, Robert. **A história da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

NOVEMBER, Valerie. **Les territoires du risque: le risque comme objet de réflexion géographique**. Berna: Lang, 2002.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do Policial Militar**. Niterói: EDUFF, 2005.

PAIXAO, Jairo Antônio da et al. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis: ABRAPSO, 2011, v. 23, n. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000200023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200023)>. Acesso em: mar. 2014.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Análise de risco nos locais de trabalho: conhecer para transformar. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**. 2000. Disponível em: <[http://zeroacidentes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/caderno3\\_analise\\_de\\_risco.pdf](http://zeroacidentes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/caderno3_analise_de_risco.pdf)> . Acesso em: jan. 2014.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RENN, Ortwin. Concepts of risk. In: KRIMSKY, Shelton; GOLDIN, Dominic. (eds.). **Social theories of risk**. Westport: Praeger Publishers, p. 53-79, 1992.

SCHEIN, Edgar. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SKOLNICK, Jerome. **Justice without trial. Law enforcement in democratic society**. New York: John Wiley, 1966.

SPINK, Mary J. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 12. n. 1 e 2, p.156-173, 2000. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas/P\\_e\\_S\\_volume\\_12\\_numero\\_1\\_e\\_2\\_2000.doc](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas/P_e_S_volume_12_numero_1_e_2_2000.doc)>. Acesso em: dez. 2014.

SPINK, Mary Jean; MENEGON, V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: L. Iniguez (Ed.), **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANIRATO, Silvia Helena et al. Sentidos do risco: interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v.13, n. 785, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: dez. 2014.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A - Roteiro temático para as entrevistas da pesquisa "Mesmo com o sacrifício da própria vida": a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**

**ROTEIRO TEMÁTICO PARA AS ENTREVISTA DA PESQUISA "MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA": A MULTIPLICIDADE DOS RISCOS NA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR**

1. Onde nasceu?
2. Quantas pessoas são na sua família?
3. Quais as profissões dos seus pais? E dos irmãos?
4. O que se lembra de mais significativo da sua infância?
5. Como foi sua vida escolar?
6. Conte como chegou à escolha da profissão de policial militar.
7. O que se lembra de mais significativo no curso de formação?
8. Como descreveria a sua carreira profissional até o “incidente”?
9. Poderia nos contar como foi aquele dia?
10. Você acredita que se tivesse tomado outra decisão o resultado de sua ação teria sido diferente?
11. Como este “incidente” interferiu na sua vida profissional e na sua vida pessoal?

**APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa "Mesmo com o sacrifício da própria vida": a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa "Mesmo com o sacrifício da própria vida": a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**

Eu, (*nome do sujeito da pesquisa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço, RG*), estou sendo convidado a participar de um estudo denominado "Ser policial: a multiplicidade dos riscos de uma profissão", cujo objetivo é investigar as percepções de riscos associados à profissão pelos policiais militares que trabalham na região metropolitana da cidade de Belém, estado do Pará.

A minha participação no referido estudo será no sentido de relatar minha experiência vivenciada em (*dia, hora e local da ocorrência onde o sujeito se expôs ao risco*).

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como a possibilidade de sugestão, por parte do pesquisador, de políticas de treinamento tático e técnico que visem aumentar as chances de sobrevivência dos policiais militares.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos decorrentes do estudo em rememorar acontecimentos desagradáveis de minha trajetória profissional.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

O pesquisador envolvido com o referido projeto é Cesar Maurício de Abreu Mello, aluno do mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, e com ele poderei manter contato pelo telefone (91)98883-2820.

Sei que me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

---

César Maurício de Abreu Mello